

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ZOOTECNIA E ENGENHARIA DE ALIMENTOS

MARIA EMILIA CANOA DE GODOY

**ESTUDO DOS CURSOS EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO TEMA
DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PARA MÉDICOS
VETERINÁRIOS**

Pirassununga-SP
Ano /2022

MARIA EMILIA CANOA DE GODOY

**ESTUDO DOS CURSOS EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO TEMA DA
RESPONSABILIDADE TÉCNICA PARA MÉDICOS VETERINÁRIOS**

VERSÃO CORRIGIDA

Dissertação apresentada à Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre no programa de Mestrado Profissional em Gestão e Inovação na Indústria Animal.

Área de Concentração: Gestão e Inovação na Indústria Animal

Orientador:
Prof. Dr. Luís Fernando Soares Zuin

Pirassununga -SP
Ano /2022

Ficha catalográfica elaborada pelo
Serviço de Biblioteca e Informação, FZEA/USP, com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a)

G589 Godoy, Maria Emilia Canoa de
ESTUDO DOS CURSOS EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO
TEMA DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PARA MÉDICOS
VETERINÁRIOS / Maria Emilia Canoa de Godoy ;
orientador Luiz Fernando Soares Zuin. --
Pirassununga, 2022.
90 f.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação
em Mestrado Profissional Gestão e Inovação na
Indústria Animal) -- Faculdade de Zootecnia e
Engenharia de Alimentos, Universidade de São Paulo.

1. EAD. 2. Responsabilidade Técnica. 3. cursos.
4. Medicina Veterinária. 5. processo
ensinoaprendizagem. I. Zuin, Luiz Fernando Soares,
orient. II. Título.

“O professor é, naturalmente, um artista, mas ser um artista não significa que ele ou ela consiga formar o perfil, possa moldar os alunos. O que um educador faz no ensino é tornar possível que os estudantes se tornem eles mesmos.”

Paulo Freire

Maria Emília Canoa de Godoy

Estudo dos Cursos em Educação a Distância no Tema da Responsabilidade Técnica para Médicos Veterinários

Dissertação apresentada à Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre do programa de Mestrado Profissional em Gestão e Inovação na Indústria

Data de aprovação: ____/____/____

Banca Examinadora:

Nome completo do 1º Examinador – Presidente da Banca Examinadora
Prof. + titulação (caso tenha) + instituição a que pertence – Orientador(a)

Nome completo do 2º Examinador
Prof. + titulação (caso tenha) + instituição a que pertence

Nome completo do 3º Examinador
Prof. + titulação (caso tenha) + instituição a que pertence

DEDICATORIA

Á Deus porque sem a Sua Presença o que eu achava que seria impossível, se tornou possível.

AGRADECIMENTOS

A Deus porque os últimos meses não foram fáceis, e muitas vezes achei que não ia ser possível. Mas afinal foi.

A minha mãe, Maria José, primeira professora que tive. Apaixonada pelo ensino, sempre mostrou que não há barreiras para educar um aluno, e se adaptou mil vezes para educar os mais diferentes tipos de alunos, de portadores de deficiência a alunos adultos.

A meu pai, Sérgio, que sempre insistiu para que eu fizesse o Mestrado. Mesmo doente nessa última etapa, não deixou de estar presente e de me apoiar como sempre fez.

A meus irmãos Luciene, Ana Paula e João Paulo, pela paciência durante esse percurso. Nesse final, ficou difícil conciliar hospital, trabalho e estudo, e mesmo que a distância, seu apoio e ajuda foram fundamentais. Obrigada pelas risadas que ainda damos ainda que nem sempre seja possível. Nos momentos mais difíceis, a gente sempre pode contar um com o outro.

A Marília Gurgel Moruzzi, minha professora de italiano e amiga, que me ajudou durante boa parte desse processo dando dicas e apoio. Do começo ao final, foi muito importante toda a ajuda.

Ao meu casal de amigos Jéssica Chagas e Juan Lesblon pela amizade, jogatinas, pedais e todo o acolhimento e carinho que proporcionaram durante todo esse percurso. Sempre que precisava descansar e desabafar, lá estavam vocês dando o apoio de alguma forma.

Ao meu amigo Renato Correa Pimazoni, um presente a sua amizade, que levo com carinho dessa jornada. Começamos a trilhar juntos e embora nem sempre na presença física, sua amizade e parceria é sempre um presente.

A meu orientador Luiz Fernando Soares Zuin, que viu na minha vida profissional, uma forma de juntar as minhas duas formações um projeto de mestrado, e se dispôs a orientar. Seu apoio e orientação, foram fundamentais, pois ele enxergou além desse projeto e deu um outro olhar ao que eu não achava ser possível. Não há palavras para agradecer todo o apoio, ainda que a distância, nessa trajetória.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES).

RESUMO

GODOY CANOA DE, M. E. Estudo dos Cursos em Educação a Distância no Tema da Responsabilidade Técnica para Médicos Veterinários 2022. Dissertação de Mestrado Programa de Mestrado Profissional Gestão e Inovação Animal - Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos, Universidade de São Paulo, Pirassununga, 2022

Ao sair da Universidade, o Médico Veterinário pode exercer a função de Responsável Técnico em empresas que industrializem produtos de origem animal ou alimentação, dentre eles, indústrias de carne e derivados. Nos estabelecimentos desse setor, que podem abater, manipular, beneficiar e embalar produtos de origem cárnea e seus subprodutos, a atuação do profissional nessa função é de suma importância para garantir a qualidade e a segurança dos produtos comercializados. A legislação sobre o tema é complexa, a rotina de trabalho exige conhecimentos técnicos, mas também exige que o veterinário capacite os funcionários que trabalhem nesses locais, em todos os estágios. A capacitação é feita para que eles executem adequadamente os programas da empresa, os quais muitas vezes desconhecem como elaborar. No momento do treinamento exerce a função docente e não se reconhece como tal, e seus educandos possuem um perfil característico da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Em busca de sanar as dificuldades, o veterinário busca cursos de educação continuada, muitos disponibilizados por EAD. Pretende-se nesse estudo verificar se os cursos disponíveis no mercado na modalidade EAD capacitam adequadamente esses profissionais e se fornecem ferramentas pedagógicas de ensino necessárias para o treinamento dos funcionários dessas empresas.

Palavras chaves: Capacitação. EAD. EJA. ferramentas pedagógicas. Responsável técnico

ABSTRACT

GODOY CANOA DE, M. E. Study of Courses in Distance Education on the Theme of Technical Responsibility for Veterinarians 2022. Master's Thesis Professional Master's Program Animal Management and Innovation - Faculty of Animal Science and Food Engineering, University of São Paulo, Pirassununga, 2022

Upon leaving the University, the Veterinarian can perform the role of Technical Responsible in companies that manufacture products of animal origin or food, among them, meat and derivatives industries. In establishments in this sector, which can slaughter, handle, process and package meat products and their by-products, the performance of the professional in this role is of paramount importance to guarantee the quality and safety of the products sold. The legislation on the subject is complex, the work routine requires technical knowledge, but it also requires the veterinarian to train the employees who work in these places, at all stages. Training is done so that they can properly execute the company's programs, which they often do not know how to elaborate. At the time of training, he works as a teacher and is not recognized as such, and his students have a characteristic profile of Youth and Adult Education (EJA). . In search of remedying the difficulties, the veterinarian seeks continuing education courses, many available through EAD. The aim of this study is to verify if the courses available in the market in the EAD modality adequately train these professionals and if they provide pedagogical teaching tools necessary for the training of employees of these companies.

Key words: Training. EAD. EJA. pedagogical tools. Technical manager

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Lista de Órgãos e entidades organizadores de cursos para RTs.....	57
Tabela 2 - Lista de conteúdo programáticos abordados pelo organizador do curso conforme o disponibilizado em site.....	58
Tabela 3 - Uso de TICS e formas de avaliação utilizadas pelos organizadores dos cursos.....	61
Tabela 4 - Materiais e mídias utilizadas para divulgação do evento.....	62

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CFMV	Conselho Federal de Medicina Veterinária
CRMV-ES	Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Espírito Santo
CRMV- MT	Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Mato Grosso
CRMV-SP	Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo
EAD	Educação a Distância
EJA	Educação de Jovens e Adultos
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
RT	Responsável Técnico
TIDCS	Tecnologias Digitais de Comunicação e Informação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1.O responsável técnico: um educador e sua importância.....	15
2.2 História da educação profissional no brasil.....	17
2.3 Lei de diretrizes e bases e a educação de jovens e adultos (EJA).....	23
2.4 Formação de capacitadores para a eja: o desafio da formação de professores e capacitadores.....	27
2.5 - O EAD na educação continuada e formação de profissionais.....	31
2.6-Profissão docente: o responsável técnico seria um?.....	38
2.7 Educação continuada em medicina veterinária.....	40
2.8 Psicologia da educação: sua importância e influência nos métodos de ensino...42	
2.9 Paulo freire: o educador que mudou o ensino da eja.....	43
2.10Importância do ensino da didática e metodologias de ensino na formação docente e de capacitadores.....	45
2.11Ambientes digitais: a inovação no processo de formação de capacitadores e docentes.....	49
3 OBJETIVOS	53
4 MATERIAIS E MÉTODOS	54
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES	62
5.1- Período de treinamento.....	62
5.2- Conteúdo Programático e TDICS.....	64
5.3- Formas de avaliação do aprendizado.....	70
5.4- Divulgação dos treinamentos.....	72
5.5-Investimento.....	73
6 CONCLUSÕES	73
REFERÊNCIAS	79

1 INTRODUÇÃO

Sair da faculdade de Medicina Veterinária e ingressar no mercado de trabalho é a meta de muitos graduandos. Quando conquistam essa meta, se deparam com uma enorme variedade de opções de atuação de mercado; clínica e cirurgia de pequenos, clínica e cirurgia de grandes animais, Inspeção de alimentos de origem animal, vigilância sanitária, saúde pública, entre tantas outras. Em meio a tantas alternativas de funções, está a atuação como Responsável Técnico em uma empresa, seja ela uma fábrica de alimentos de origem animal, uma unidade de vigilância em saúde, um biotério, uma fábrica de ração, etc.

Mas o que significa ser um Responsável Técnico Veterinário?

“A palavra responsável tem origem na língua latina, sendo *res* = coisa, empreendimento ou negócio, e *sponsalia* = contrato de casamento. Portanto, em qualquer atividade humana, é imprescindível se “casar com o negócio ou coisa”, ou seja, assumir suas funções ou trabalho, em quaisquer circunstâncias, com dedicação, interesse, ética e responsabilidade. Conceitua-se, por analogia, que o diretor deve dirigir; o chefe, chefiar; o coordenador, coordenar; o professor, ensinar; e o RT, orientar suas ações a nível tático, técnico e operacional visando a qualidade dos produtos fabricados ou serviços prestados, em conformidade com as normas e regras estabelecidas na legislação específica e no Código de Deontologia e Ética Profissional. O RT é um agente da legalidade que deve garantir a saúde única (animal, pública e ambiental), o bem-estar animal, a qualidade dos produtos e só aceitar sua contratação se o empregador conhecer o Manual de Responsabilidade Técnica e Legislação e concordar em seguir as exigências referentes à sua área de atuação. Para que essa ação seja efetiva, não basta registrar o RT e a empresa no Conselho, é preciso acompanhar e controlar suas atividades” (CRMV-SP, 2019 p.24-25)

Em sua formação pelas universidades, para o mundo pós-moderno é necessário que o veterinário desenvolva conhecimentos em sua área de especialidade, mas também relacionamento interpessoal, habilidades de resolução de problemas e ética profissional. (TAVOLARO *et al*, 2011). Ao assumir essa Responsabilidade Técnica em empresas, o médico veterinário recebe inúmeras funções: não basta somente adequar essas empresas a legislação vigente, e as normas do MAPA e da Vigilância Sanitária, mas também orientar

as ações das empresas á nível tático, técnico e operacional , para que esta ofereça produtos ou serviços de qualidade, de acordo com as normas dos órgãos reguladores as quais ela é submetida, mas também em conformidade com o Código de Deontologia e Ética profissional.(CRMV-SP,2019)

Como muitos egressos, os veterinários não sabem muito bem como atuar como um Responsável Técnico, e dessa forma buscam uma formação em cursos ou especializações para suprir a necessidade com que se deparam. A sociedade está em constante evolução, principalmente no que se refere as tecnologias digitais. Dessa forma é de fundamental importância o aperfeiçoamento em sua formação, a partir das necessidades que se vislumbram em suas atividades de rotina de trabalho, onde a formação continuada é uma ferramenta essencial para conclusão desse processo. (MEDEIROS *et al*, 2021).

E na facilidade do mundo digital, basta realizar uma pesquisa na internet para procurar um curso que o atenda. E num clique, aparecem várias opções disponíveis a escolha do profissional. Após uma rápida pesquisa, logo ele opta por aquele que mais lhe ofereça o que está buscando as vezes a relação custo/benefício, outras ainda pelo conteúdo programático que apresenta. Afinal, por melhor que tenha sido a faculdade frequentada, nenhuma prepara para as inúmeras tarefas que se apresentam numa linha de produção.

Uma das funções desempenhadas por um veterinário numa fábrica de produtos de origem alimentar é treinar os funcionários para que possam atender as boas práticas de fabricação e as práticas de higiene necessárias para a fabricação de um alimento inócuo. Uma tarefa de suma importância, em que nesse momento, o veterinário assume o papel de um professor: transmite o conhecimento para um funcionário, que naquele momento assume o papel de educando.

Segundo Passos (2013); a função docente, as características que a definem, a maneira de exercê-la, e a importância a ela atribuída, variam de acordo com as diferentes concepções e valores a que se atribuem ao processo educativo e ao processo ensino-aprendizagem em diferentes espaços. Dessa forma, no momento do treinamento, o veterinário, assume naquele ambiente e lugar, para os funcionários, o papel de um professor. Porém, por não dar a importância e não se reconhecer na função docente, no ambiente de trabalho, com os funcionários ele não atribui sua função ao exercício da função docente.

Os funcionários estão naquele momento, como alunos, e são um desafio a mais para o veterinário: adultos, alguns analfabetos, muitas vezes desmotivados, muitas vezes com traumas advindos do ensino inadequado. Esse perfil de educando precisa de um perfil de professor, segundo Ferreira (2008), que não somente venha a suprir ou mesmo compensar por esses alunos ao longo dos anos, mas também que os motive. Uma tarefa hercúlea para o médico veterinário que sequer sabe disso.

A internet possibilitou o surgimento da Educação a Distância (EAD). Esta modalidade de ensino superior à distância está cada mais presente em universidades e demais instituições que atuem no ramo educacional. (SILVA *et al*, 2015)

A docência no EAD constitui uma realidade cada vez mais desafiadora tanto na formação de professores, pois envolve adequação de práticas pedagógicas a meios midiáticos, e a produção de vídeo aulas virtuais que assumem uma nova dinâmica (PENTEADO; COSTA ,2021). O exercício docente para a Educação de Jovens e Adultos, exige profissionais dedicados a esse perfil de educando.

“A EJA nasceu da clara necessidade de oferecer uma melhor chance para pessoas que, por diferentes motivos, não concluíram sua formação escolar na idade apropriada. De acordo com Arroyo (2003, p. 40), “esta modalidade deve respeitar as características deste estudante, dando oportunidades educacionais adequadas em relação a seus interesses, mediante cursos e exames apropriados”(SANTANA,2015)

Portanto, formar profissionais aptos para o treinamento adequado de educandos da EJA não é um problema restrito somente a área da medicina veterinária, mas ele se apresenta inclusive, nos próprios cursos de Pedagogia.

Penteado e Costa, (2021) descrevem que na EAD a mediação didático-pedagógica, necessárias para o processo ensino-aprendizagem, é feita por meio de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TIDCS), onde tanto o estudante como o professor desenvolvem as atividades em momentos e lugares diversos. Nessa modalidade, a interação é a chave do processo: o aluno se torna muito mais ativo na busca por conhecimento.

Buscar o conhecimento certamente o Médico veterinário o faz quando busca um curso de formação para RT. Mas será que estes cursos

ofertados preparam o profissional sobre o perfil de educandos que ele terá de enfrentar? Será que os cursos de educação continuada disponíveis atualmente abordam temas sobre didática e métodos de ensino? Será que em algum momento eles fazem o médico veterinário se perceber dentro do trabalho docente?

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção serão abordados os principais referenciais bibliográficos que nortearam este estudo.

2.1-O RESPONSÁVEL TÉCNICO: UM EDUCADOR E SUA IMPORTÂNCIA NA CAPACITAÇÃO

O Responsável Técnico, segundo o Manual de Responsabilidade Técnica do CRMV-SP 2019, além de coordenar ações técnicas e operacionais, deve buscar sempre a qualidade do serviço e dos produtos fabricados, sempre de acordo com normas éticas e segundo a legislação vigente.

Segundo Marin e Miranda (2012) a atuação do médico veterinário é determinada pela Lei nº5517, de 23 de outubro de 1968. Nesta lei, as atividades inerentes a profissão são restritas aos portadores de diploma por instituições reconhecidas pelo MEC e o exercício profissional é delimitado aos portadores da carteira profissional. Dessa forma, por definir, as competências privativas da área bem como as competências que podem ser compartilhadas com outras áreas profissionais, ela direciona quais os conteúdos devem ser abordados pelas instituições públicas e privadas, durante o ensino desta graduação.

Marin e Miranda (2012) definem que os órgãos de Classe CFMV e CRMVs, tem suas atuações definidas na mesma lei. A eles também compete a fiscalização do exercício da profissão, mas também dar orientações, supervisionar e disciplinar todas as as atividades relativas à profissão.

O médico veterinário deixou de ser visto na ótica simplista de que é um profissional apenas para tratar de doenças de animais. Além dessa função, passou a ser visto e reconhecido como um agente responsável pela execução de profundas transformações em sua área de atuação. (LIMA, 2001).

Dessa forma, ao assumir a Responsabilidade Técnica de uma indústria de alimentos, ou de qualquer outro estabelecimento que necessite desse serviço, o veterinário deve entender que essa função é um processo constante de materialização de conceitos, sendo o agente central, que responde ética, legalmente e tecnicamente pelos atos profissionais seus e de todos os seus funcionários, e por isso, deve ter capacitado para coordenar, conduzir e executar ações relacionadas a cadeia produtiva em que exerça esta função. (CRMV-SP,2019).

Nesse contexto, o responsável técnico torna-se o principal educador para a capacitação dos funcionários da empresa em que atua. Este profissional, apesar de dominar tão bem a legislação e como ela deve ser aplicada na atribuição e treinamento depara-se com um grande dilema, pois não foi preparado para esta atividade. No Brasil, há poucos cursos voltados para essa função. O veterinário, numa tentativa de sanar essa falha, faz pós-graduações na área, especializa-se, cada vez mais, buscando agregar conhecimento. Mas todas as formações da área, inclusive o mestrado, são muito técnicas e não há o foco no aprendizado dos funcionários em seus treinamentos. Na rotina, o profissional então reproduz os conhecimentos da mesma forma que aprendeu: de forma expositiva, reproduzindo o mesma forma de ensino. Embora ele reconheça que seus educandos tendem a apresentar um perfil de baixa escolaridade, alguns podem ter apenas o ensino fundamental ou ainda podem existir analfabetos funcionais, o médico veterinário não recebeu treinamento em como ensinar os seus colaboradores. Dessa forma, a capacitação é feita, porém poucos colaboradores realmente colocam em prática o que lhe foi transmitido, o que leva o profissional a repetir constantemente o mesmo procedimento.

Vieira (2017) destaca que o conteúdo técnico do curso de capacitação deve estar orientado e adaptado as características específicas de seus participantes e também adaptados aos sistemas de produção em que estão inseridos, além da estruturação dos cursos em termos de automação, padrão tecnológico e perfil de mão de obra que realiza o trabalho.

O cenário de uma fábrica de produtos cárneos é outra dificuldade a mais: não basta treinar apenas os funcionários que trabalham na linha de produção, mas também aqueles que contribuem indiretamente na fábrica, como funcionários da limpeza, funcionários da manutenção, setor administrativo, que

em alguns momentos irão adentrar dentro do interior da fábrica e também podem interferir nas normas implantadas.

Os funcionários também não estão em condições favoráveis ao aprendizado. O setor frigorífico expõe os trabalhadores a instrumentos cortantes (facas, serras, etc), movimentos repetitivos, jornadas exaustivas (pois muitas vezes o turno começa de madrugada), e normalmente a temperatura do local é fria (REPORTER BRASIL; 2013).

Ao realizar os seus treinamentos para que os funcionários executem os programas elaborados de boas práticas, o veterinário assume a suposição de que os seus educandos já possuem o conhecimento sobre o que são bactérias, contaminação, contaminação cruzada, boas práticas, inspeção, fiscalização, etc. São conceitos abstratos para sujeitos que muitas vezes são analfabetos, com traumas no processo de aprendizagem, e que estão adentrando pela primeira vez numa empresa desse perfil, pois muitas vezes foi a única opção de trabalho disponível para quem possui pouco ou nenhum estudo.

A formação dos profissionais é um dos principais problemas enfrentados no mercado de trabalho, sendo, portanto, essencial aprimorar os conhecimentos por meio de capacitações. Observa-se que tanto os profissionais quanto as empresas entendem a sua importância, e por isso, buscam a formação continuada, através de instituições que busquem alternativas para que a aprendizagem ocorra(JABOISNKI; DANILEVICZ 2016).

Vieira (2017) pontua que dentre as funções inerentes a um profissional de Ciências Agrárias, e nesse rol de funções incluem-se o RT médico veterinário, a orientação e organização de eventos técnicos visando a capacitação de produtores e funcionários deve ser uma tarefa rotineira e essencial. Dessa forma, para este autor, o profissional que atua em carreiras de ciências agrárias, deve possuir competência para organizar e realizar treinamentos, de maneira que suas capacitações alcancem o resultado esperado. Similarmente, um professor ao ensinar os seus alunos deve ser capaz de planejar aulas e executa-las de forma com que seu aluno compreenda e entenda. O veterinário que atua nesse setor reconhece a sua função no treinamento como responsável em capacitar e por isso investe em cursos de conhecimento técnico. O RT tem conhecimento que as boas práticas de

fabricação, quando bem executadas, garantem o bom funcionamento da produção e a qualidade e inocuidade dos alimentos ali produzidos.

Embora se reconheça como uma função necessária, ela não é vista ainda como um momento de exercer a docência. O fazer docente ainda não é reconhecido pelo profissional que o exerce naquele momento, mas ele o faz o tempo todo em que atua como um educador.

2.2 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

O desafio que se apresenta ao médico veterinário frente a essas fábricas é também abordar um tema que ainda é pouco abordado no sistema Educacional Brasileiro: a formação profissional dentro de fábricas. Essa modalidade profissional ainda representa desafios, mudanças e legislações específicas, que o RT dessas empresas desconhece, visto que não é um tema abordado em sua graduação e suas especializações.

Os países desenvolvidos, em algum momento da sua história, colocaram em primeiro lugar a formação de uma mão de obra de trabalho competente, não somente com o objetivo de lidar com a concorrência que se iniciava, mas também pelo avanço do progresso técnico, que dava os seus primeiros passos, e por volta do século XVIII, começaram a surgir as escolas de artes, os colégios agrícolas, as escolas profissionais, os institutos politécnicos (CASSIOLATO; GARCIA, 2014).

Cada um desses países, como EUA, Japão, Alemanha, França, Suíça, Bélgica, Holanda, Rússia, conseguiram preparar a mão de obra profissional tanto em número de profissionais, como também na qualidade de formação destes, necessárias para as atividades industriais que estavam surgindo e posteriormente, quando essas Industrias, e grandes empresas privadas apresentavam uma expansão crescente(CASSIOLATO; GARCIA, 2014).

A educação profissional tal como é nos moldes atuais iniciou seu desenvolvimento após a Revolução Industrial, evento histórico, que modificou os processos de fabricação que anteriormente eram feitos de forma artesanal para as máquinas movidas a vapor. Após esse evento, ocorreu uma mudança nas relações de trabalho, e a necessidade de treinar outras gerações para as novas

técnicas que surgiam, e dessa forma, perpetuar o trabalho (VIEIRA; SOUZA JUNIOR, 2016).

Segundo Abreu Tomé (2012) conhecer a história da educação profissional do país, leva a uma reflexão dos embasamentos culturais atuais de como as relações socioeconômicas estão fundamentadas. Para essa autora, o ato de educar é necessário para a sobrevivência, uma vez que através do processo educativo e da acontece a transmissão dos conhecimentos para as novas gerações.

Segundo Cassiolato e Garcia (2014) mesmo aqueles países que iniciaram a sua industrialização tardiamente, como Centro Leste- Europeu, o Japão (após a 2ª Guerra Mundial), Coreia do Sul e Taiwan, fizeram altos investimentos a partir da década de 50, onde a formação técnica foi precedida por um intenso investimento na educação fundamental, e permitiu que a absorção de conhecimentos técnicos e novas tecnologias fosse facilitada. Esses mesmos autores destacam que estes países também investiram em educação universitária, mas estabeleceram diretrizes em que o saber prático, característico do ensino técnico, possibilitassem atender as demandas dos avanços tecnológicos, que necessitava cada vez mais de competências profissionais que extrapolam a simples tarefa executadas de rotina.

Souza e Tomé (2021) ressaltam que para compreender a construção histórica da Educação Profissional no Brasil, é necessário um olhar cauteloso, uma vez que ela transcende a criação das escolas técnicas, e, portanto, devem ser analisadas num contexto mais amplo.

O Brasil não acompanhou a industrialização que se iniciava, e sua força produtiva trabalhadora, também não caminhou junto com a expansão econômica e diversificação da estrutura produtiva que se iniciava no país. (CASSIOLATO; GARCIA, 2014)

No Brasil, a educação profissional iniciou-se no processo de colonização do país, onde os primeiros a serem considerados aprendizes foram os que eram considerados a escória da sociedade da época: índios e escravos. Essa separação de classes, se reflete diretamente na educação profissional, isso porque, para a considerada elite Brasileira da época, era destinado o ensino acadêmico, preparatória da continuação dos estudos. A Elite não recebia o treinamento profissional pois, os trabalhos artesanais eram como marcenaria,

serralheria, a atividade agrícola, entre outras, eram inadequados para essa classe e deveriam ser destinados a jovens que não tivessem opção, como delinquentes, garotos de rua. (VIEIRA; SOUZA JÚNIOR, 2016)

Benites e Souza (2021) pontuam que essa modalidade de ensino, mesmo após o Brasil já ter se tornado uma república, ainda assim mantinha o perfil da época do Império, em que o Estado oferecia essa educação profissionalizante aqueles que eram considerados órfãos e sem sorte. O objetivo era criar mão de obra para as indústrias que começavam a se formar no país naquela época.

Com o intuito de aumentar a mão de obra para os setores que passavam a exigir a profissionalização dos trabalhadores, em 1906, o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio assume as atribuições do ensino profissional, com o objetivo de consolidar políticas de formação a trabalhadores dos ramos de atuação de sua competência. (SOUZA; BENITES, 2021).

O governo de Nilo Peçanha manteve essa mesma meta, com a criação das escolas técnicas, que foram feitas para formar operários, através do ensino prático para todos aqueles que desejassem aprender o ofício, entretanto, havia o objetivo oculto de através dessas escolas, promover a repressão dos alunos, isto é, educar para o trabalho, órfãos, pobres, e moradores de rua. Em 1909, este presidente, sancionou o decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, onde o Estado passa a ter maior atenção a educação profissional. (SOUZA; BENITES, 2021).

“Na década de 40 do século XIX, foram criadas Casas de Educandos e Artífices nas capitais das províncias com o objetivo de atender os desvalidos da sorte e da fortuna (fator que era critério normativo para se ser aceito nessas escolas) e, dessa forma, evitar a vagabundagem e a criminalidade.” (TOMÉ, 2012, p.04).

Esse modelo de escolas técnicas e treinamentos a futuros funcionários foi se consolidando no Brasil, o que fez que o meio agrícola fosse considerado uma subclasse. As políticas públicas dos governos seguintes, também pouco fizeram para melhorar a educação profissionalizante no Brasil. Em 1942, o Decreto Lei nº 4.422, em que o ensino médio foi estruturado em ciclos para preparar os estudantes para a educação do Ensino superior. Entretanto, para a educação profissionalizante, como os cursos normal, agro técnico, técnico profissionalizante e industrial técnico, tinham a mesma duração

do ensino médio, porém sem habilitar para o ingresso no ensino superior. (VIEIRA; SOUZA JUNIOR, 2016)

A trajetória da História permite verificar que a realidade de muitos Institutos Federais de Educação, responsáveis pela formação profissionalizante no Brasil, pode ser compreendida por essas políticas educacionais, que ao longo dos anos, foram negligentes, tanto na formação dos alunos, quanto dos professores responsáveis pela sua formação, o que levou o ensino técnico a uma posição subalterna em relação aos demais. (RAMOS;2014)

Em 1942 foi criado o sistema S4, como resultado do fracasso das políticas do Estado quanto a essa formação profissional, terceirizando assim a formação da mão de obra. Surgem então o Serviço Nacional de Aprendizagem Nacional (SENAI), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), o Serviço Social Comercial (SESC)e o Serviço Social da Indústria (SESI). É no governo de Juscelino Kubistchek que se institui a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira(LDB), através do decreto nº 4024/1961. A importância dessa lei para a educação profissional é que ela passa a integrar esse tipo de formação ao sistema regular de ensino, e equivale tanto os cursos profissionais como os cursos conhecidos como propedêuticos, para fins de prosseguimento de estudos. (TOMÉ, 2012)

Cunha (2012) destaca que nessas iniciativas, a demanda por profissionais habilitados, leva a capacitação de produtores, trabalhadores rurais e agricultores familiares, que necessita de profissionais habilitados, concentra a maior parte dos trabalhadores empregados, porém apresenta dificuldades de competitividade pois não é capacitada e nem habilitada para acompanhar o avanço tecnológico.

Segundo Tomé (2012), a Lei nº 4.024/61 foi uma das primeiras a comparar o ensino profissional ao mesmo nível de ensino acadêmico, rompendo com a visão histórica de que somente a educação acadêmica era destinadas as elites. Mas isso foi somente no papel, pois segundo esta mesma autora, os currículos ainda cobravam conteúdos que somente as classes mais abastadas teriam acesso, e que eram exigidos na educação superior, como ciências, letras e artes, onde esses mesmos conteúdos nos cursos profissionalizantes foram reduzidos as necessidades imediatas de trabalho.

A ditadura militar trouxe mudanças para o sistema educacional Brasileiro, que através de leis, mudou o ensino do 1º e 2º grau, e tentou impor o ensino profissionalizante para todos. Nesse período destacam-se duas iniciativas educacionais realizadas pelos militares, na modalidade de evento tipo campanha, como a Campanha Nacional de Adolescentes e Adultos (1947 - 1963), e o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL-1969-1985), deixaram falsas ideias existentes até hoje nos cursos de capacitação e na educação de Jovens e Adultos: a de que qualquer um pode alfabetizar alunos da EJA e ainda em um curto espaço de tempo. Ainda se apresentam em muitos cursos voltados para esse público, características como o aligeiramento, o voluntariado, a improvisação de ideias, e que estes somente podem ser educados para fins profissionais. (SOARES; PEDROSO, 2016)

Soares e Pedrosa (2016) destacam que a década de 1980 foi um marco para o fim do período da ditadura militar e o restabelecimento da democracia. Durante esse período, segundo esses autores, ocorreram muitos movimentos civis para a luta da democracia e grandes conquistas se apresentaram como as eleições diretas e a Constituição Brasileira de 1988, onde o seu marco na educação, é que nela se garante a educação para todos os brasileiros.

Foi somente com a criação da Lei n.º 9.394/1996, a chamada Lei de Diretrizes e Bases, que se retirou o caráter assistencialista que se dava a educação profissional, tornando-a num instrumento de favorecimento a inclusão social e certificação de adultos. (SOARES; PEDROSO, 2016)

Segundo Machado (2008) foram alterações importantes na Lei pois foram tentativas de se superar as marcas deixadas pelo baixo desempenho do MOBRAL e do ensino supletivo.

Essa nova lei dá um novo enfoque a educação profissional, que passa a ter como objetivo não somente a formação de técnicos de nível médio, mas também a qualificação, requalificação, a reprofissionalização, a atualização tecnológica e a habilitação em nível médio e superior. (BERGUER FILHO, 1999)

Segundo Berguer Filho (1999) o Decreto 2208 de 1997, foi a última alteração realizada na LDB e trouxe mais alterações para a educação profissional, principalmente no ensino técnico. Nele a organização curricular da Educação profissionalizante é regulamentada, e mantém que o vínculo de

complementariedade da educação básica com a profissionalizante, onde o aluno até pode não ter a escolaridade completa no nível básico, mas deve ser estimulado a melhorar suas habilidades técnicas e a concluir o ensino fundamental ou supletivo, tanto no nível técnico ou tecnológica, onde são exigidos os ensinos médios.

O desafio da Educação profissional é que ela precisa de professores, que são agente de mobilização, conhecedores do processo ensino-aprendizagem, e dessa forma organizadores deste processo e da sistematização necessária para que as aprendizagens sejam concretizadas, mas também são necessários profissionais, pois são eles que formulam problemas, regulam os processos, estimulam e, portanto, o planejamento de qualquer ação pedagógica deve ser conjunto (BERGUER FILHO,1999)

2.3 LEI DE DIRETRIZES E BASES E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA).

Com o surgimento da Educação Profissional, ficou claro que Jovens e Adultos possuíam um perfil de aluno completamente diferente do que as crianças. Verificou-se que as técnicas e estratégias pedagógicas adotadas para os estudantes do ensino fundamental, não se aplicavam a alunos que estavam nesse perfil.

Gouveia e Silva (2015) destacam que ao se analisar a EJA na história da Educação Profissional, verifica-se que foram feitos muitos projetos e campanhas, sendo a maioria desastrosos.

Cruz (2018) relata que se verificou que com os avanços econômicos e tecnológicos, a demanda por mão de obra qualificada e alfabetizada cresceu, o que levou ao surgimento de várias Campanhas pedagógicas como: A Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA), o movimento MOBREAL, o ensino Supletivo, etc.

Segundo Gouveia e Silva (2015) destacam que apesar dessas campanhas e projetos terem características distintas, todos eles tinham o propósito de recuperar o direito a educação de Jovens e Adultos.

Todas essas Campanhas deixaram profundas marcas e preconceitos que até hoje estão inseridos na EJA. Segundo Soares (2008), a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, lançada em 1947, foi duramente criticada pois era marcada pelo voluntariado e não havia formação específica para a formação desses professores ou alunos. Já nessa época, como já foi dito, verificou-se que o ensino de Adultos tinha suas especificidades e características próprias, que exigiam abordagem pedagógicas específicas e formação de docentes com treinamento adequado para esse perfil de educando.

Nota-se, portanto, que essa questão de treinamento adequado de professores para abordagem de alunos Adultos e Jovens adultos é uma questão antiga, que com o passar dos anos, ganhou maior amplitude e notoriedade, principalmente com o surgimento da LDB (Lei de Diretrizes e Bases). (SOARES,2008).

Segundo Machado (2008) no período de ditadura militar, foram criadas campanhas educativas como o Mobral e o ensino supletivo, que tiveram influência tão forte na Educação de Jovens e Adultos, que os estigmas dessas campanhas permanecem até hoje nos pensamentos de educadores e do público em geral.

Ainda hoje, muitos consideram que os adultos e jovens que ingressaram na EJA tem pressa em obter o certificado de conclusão do ensino médio, e dessa forma, isto justifica oferecer um curso “rápido e fácil”, sem muitas exigências. Outra ideia já cristalizada, segundo Machado 2008, é que os alunos são desinteressados e não querem saber de nada, e são indisciplinados, e dessa forma não há motivo para oferecer uma educação de qualidade. Também se pensa que aqueles que cursam o período noturno, ou ainda frequentaram um curso como o mobral ou supletivo, não apresentam o mesmo nível de conhecimento e dessa forma, o ensino deve ser facilitado, oferecendo um ensino sem muita exigência em avaliar ou no conhecimento fornecido.

Segundo Pedroso e Soares (2016) essas campanhas foram duramente criticadas por não prepararem o professor adequadamente para esta modalidade de ensino. Verificou-se que haviam especificidades que eram necessárias para adultos e jovens dentro da sua realidade, tanto que a própria legislação mudou para se atualizar a essa nova realidade.

Gouveia e Silva (2015) relatam que as classes frequentadas pela modalidade EJA são frequentadas por alunos de diferentes histórias, origens, realidade e expectativas. Essa mesma diversidade se torna uma dificuldade a mais para que o profissional destinado à sua formação, compreenda as particularidades do grupo, ou ainda as suas necessidades diferenciadas que se apresentam.

O psicólogo Social Leandro Inácio Walter , em uma entrevista ao Instituto Humanitas (Usininos), relata que os frigoríficos ainda são empresas que dependem muito do trabalho humano na linha de produção, com pessoas que ficam em ambientes fechados, pouca ventilação e baixas temperaturas. Este psicólogo destaca que :

“... embora muito já se tenha feito em termos de conquistas de direitos e regulamentação de proteção das atividades desses trabalhadores o labor em frigoríficos ainda representa lógicas colonialistas que se aproveitam de pessoas mais simples e com pouca instrução, muitos até mesmo imigrantes, para assegurar salário baixo e alta produção. “Os desafios são descolonizar nossa cultura e modo de trabalhar e superar o paradigma do paternalismo ainda muito presente em nosso meio”, aponta. E completa: “Há que se tencionar uma mudança de mentalidade: trabalhadores/as, sindicatos, órgãos de fiscalização não são antagonistas, todos desempenham um papel, certamente com muitas contradições, que tornam a produção e o cuidado da força de trabalho necessário e possível”.(SANTOS,2020- INSTITUTO HUMANITAS).

O perfil dos trabalhadores destes perfil, pode ser considerado muito semelhante ao perfil dos alunos da EJA. E qual é o perfil dos alunos da EJA? Ferreira (2018), descreve :

“Cada um desses alunos e alunas da EJA, com meios de vida tão diferentes uns dos outros, mas tendo que conviver em um mesmo ambiente que é a sala de aula, em busca de um mesmo objetivo, são pessoas que trabalham durante o dia, pais e mães de família, jovens que tiveram que abrir mãos dos estudos para poder trabalhar e ajudar no sustento da família, outros porque desperdiçaram a chance de ter um ensino regular e que hoje retornam para a sala de aula somente porque os pais obrigam. Nessa perspectiva, atitudes e crenças religiosas dos próprios alunos são concebidas como fonte de experiências que podem ser partilhadas no cotidiano das interações

em sala de aula, bem como podiam resgatar informações preciosas sobre os valores éticos de cada um desses aprendizes e do grupo como um todo.”(FERREIRA, 2018 p. 14)

Machado (2008) pontua que realmente quando um aluno ou jovem retorna aos ambientes escolares, de fato apresenta uma ansiedade para “recuperar o tempo perdido “, seja por pressão própria ou ainda pelo empregador. Entretanto, isso não justifica oferecer um ensino de qualidade baixa e agileirizada, visto que a educação básica deve zelar pelo princípio de igualdade de direito de acesso ao conhecimento, e não o que é exigido pelo mercado de trabalho.

Também é importante salientar que dizer que nem todo Adulto ou Jovem que ingressa a EJA é desinteressado: é injusto para aqueles alunos, que saem do trabalho cansados, e retornam aos bancos escolares, interessados em aprender, mas tendo de lidar com as rotinas e problemas do serviço, pessoais e familiares, e ainda na expectativa de aprender algo que lhes acrescente em seu cotidiano. (MACHADO, 2008).

De fato, essa meia verdade está embutida no pensamento de muitos veterinários que atuam na linha de frente como Responsáveis Técnicos em fábricas das mais diversas modalidades, fruto muito provavelmente do mesmo imaginário que permeia a sociedade a respeito desses alunos. Muitos, após os treinamentos costumam dizer que é preciso sempre cobrar os funcionários, e ficar na frente de lava-pés ou mesmo durante o trabalho na fábrica, para “relembrar” os conceitos que deveriam ter sido aprendidos no treinamento. Normalmente a frase é completada com frases tais como: “eles não são donos das fábricas, portanto não estão nem aí”, “eles não querem aprender então pra que eu vou ficar me matando?”, ou ainda “eles fazem isso de propósito “. Gouveia e Silva(2015), destacam que a modalidade ensino EJA não foi criada ao acaso ou ainda a boa vontade os governantes “, mas que sim, foi uma forma encontrada pelo Estado em resgatar as dívidas que tinha com essa população, que se apresentam dentro e fora do ambiente escolar : são aqueles alunos que evadem o sistema escolar muito cedo para contribuir ou mesmo sustentar a família e também o próprio sistema educacional, que discrimina esses alunos e

não é capaz de mantê-lo nos bancos escolares como um sujeito ativo no processo ensino-aprendizagem.

Cruz (2018) ressalta que o professor atua como um mediador no aprendizado dos alunos, e deve utilizar práticas pedagógicas de ensino adequadas, possibilitando ao seu aluno a oportunidade de alcançarem um conhecimento que atenda às suas necessidades e expectativas perante a sociedade. Dessa forma, segundo este mesmo autor, a formação de professores de maneira continuada se faz necessária, que deve aperfeiçoar técnicas pedagógicas, metodologias de ensino que estimulem esse aluno, com dificuldades diversas, a permanecer na sala de aula, e ainda oferecer um ensino de qualidade, e não de forma aligeirada como foram feitas em outras campanhas.

É preciso saber diferenciar conclusão de um curso para obter um certificado de aprendizagem efetiva. Claro que esses alunos tem mais pressa para obter o certificado, pois estes muitas vezes implicam em uma oferta de um emprego melhor, mas isto não deve ser utilizado como justificativa para oferecer cursos rápidos, ser omissos na escolha dos profissionais que serão utilizadas para o treinamento ou mesmo para o ensino a essa modalidade. Mas como se verifica, até hoje isso esse estigma está presente, e hoje se apresenta na modalidade do EAD.

Foi Paulo Freire, quem primeiro verificou que um dos erros, no ensino da EJA, era que a metodologia utilizada para estes alunos, não deveria ser a mesma utilizada em crianças. Ao criar um método específico para esse perfil de Educando, método que leva o seu nome, ele acelerou o processo de alfabetização dos Adultos (CRUZ,2018). É importante ressaltar que o aceleração do processo no caso do Paulo Freire não significou em perda da qualidade ensino, e sim o contrário.

A LDB (lei 9394/96) enfatiza em seu texto, a necessidade de uma formação específica para o educador de Jovens e adultos. (SOARES; PEDROSO,2016).

Oliveira e Silva (2012) destacam que o mundo atual apresenta mudanças e avanços tecnológicos que influenciam diretamente no acesso a que esses jovens e adultos a informações e conhecimento. Mudanças, segundo esses mesmos autores, influenciam relações sociais e também provocaram

alterações no ensino e produção científica e tecnológica. No âmbito do ensino superior, essas mudanças refletem no pensamento de formação adequada dos professores e dessa forma a atuação profissional dos mesmos.

De acordo com Ramos (2014) a educação profissional de nível médio é considerada no nível de educação básica, e dessa forma, é necessário a formação de professores licenciados para atuar nesses cursos. Entretanto, segundo essa mesma autora, o país enfrenta há tempos, a dura realidade de falta de profissionais capacitados para atender esse perfil de educando, onde muitos profissionais atuam sem a formação necessária para esse perfil, ou ainda em formação aligeirada de profissionais para a atuação desse nível, o que compromete a qualidade do ensino.

Educação é um processo inclusivo, ou pelo menos, deveria ser, pois ela deve privilegiar os excluídos ou ainda os que não tiveram acesso como outros. A educação profissional não busca somente formar profissionais de nível técnico, mas também fornecer aptidões, novas práticas e formação continuada para trabalhadores de qualquer nível de escolaridade, a oportunidade em atualizar-se em tecnologias e habilitar aos níveis médios e superior, sempre tendo como objetivo ao desenvolvimento permanente de habilidades para a sua vida produtiva.. (BERGER FILHO, 1999).

Porque é tão importante para a formação de um profissional que atue em treinamentos ou mesmo para um professor é importante a abordagem de disciplinas que diversas que abordem as práticas pedagógicas, como os teóricos da Educação, filósofos e educadores? Segundo Cruz, 2018 embora elas sejam de suma importância na formação do educador, nem sempre o professor consegue correlacionar o que aprendeu em teoria com esse perfil de educando, por achar que elas são inadequadas para a EJA.

Berger Filho (1999) destaca que deve ocorrer um rompimento com os paradigmas tradicionais, para que se alcance o que é proposto para a educação profissional e básica. Aprender a aprender, segundo este mesmo autor, deve ser prioridade e ser competência essencial para se adaptar a dinâmica da sociedade, que muda constantemente. Educar para esse fim é desenvolver meios de aprendizagem permanente, que permita não somente a educação continuada, mas também a formação da cidadania.

2.4 FORMAÇÃO DE CAPACITADORES PARA A EJA: O DESAFIO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES E CAPACITADORES.

Educar e capacitar alunos da modalidade da EJA é uma prática pedagógica com uma responsabilidade diária de suma importância, pois é importante conhecer as suas histórias de vida, seus sujeitos, seus saberes para então planejar e elaborar o trabalho docente. (GOMES; FERNANDES, 2015). A educação para esses alunos assume um caráter político, pois tem como objetivo corrigir ou resolver uma situação de exclusão, que normalmente é reflexo de um quadro de marginalização maior. Educar portanto é oferecer meios para que esses alunos tenham possibilidades de serem incluídos novamente, e consigam oportunidades melhores dentre as condições em que se apresentam.

Capacitar se constitui num ato distinto, pois oferece ferramentas para que esse aluno, tenha condições de exercer as funções para uma vaga de trabalho em que esteja inserido dentro de uma empresa.

Segundo Cruz (2018) há muito tempo se verificou a necessidade da formação adequada aos profissionais destinados a essa modalidade, no sentido que esses aprendam métodos e práticas pedagógicas voltadas a esse perfil de educando.

A própria LDB no seu inciso VII do artigo 4º estabelece a necessidade de se dar uma atenção maior as características dos educandos matriculados no período noturno. (SOARES;2008).

Segundo Soares 2008 há várias iniciativas governamentais, municipais e estaduais na busca de promover “capacitações”, não somente a formação continuada dos professores que atuam nessa modalidade educacional como também para a produção de práticas de ensino pedagógicas voltados para o público da EJA. Entretanto, segundo esse mesmo autor, as ações que provindo das universidades ainda são poucas se comparadas ao seu potencial formador e a importância que esse público vem ganhando espaço nos debates educacionais.

Trabalhar com Jovens e Adultos e capacita-los demanda, não somente do profissional a formação inicial obtida a nível de graduação, mas também aquela obtida na educação continuada, onde se compreende os cursos

de especialização, cursos de capacitação, fóruns, seminários que promovem a atualização dos conteúdos curriculares de ensino.(GOMES; FERNANDES,2015).

Hammond-Darling (2000) pontua que professores mais preparados para o ensino são mais bem sucedidos e confiantes com seus educandos, se comparados com aqueles que pouco aprofundaram para a sua formação. Segundo essa mesma autora, a insatisfação com a escola passou a incluir também no rol de reclamações, a formação do docente destinado ao ensino desses alunos.

Retornar aos bancos escolares para um aluno da EJA não é tarefa fácil: eles foram afastados do ensino regular, seja por opção própria, ou ainda, devido a defasagem idade-série, e são encaminhados diretamente para a EJA. (GOUVEIA; SILVA, 2015). Situação semelhante acontece com os funcionários contratados para trabalhar em indústrias, como no caso desse estudo, em estabelecimentos de produtos de origem animal: normalmente os cargos destinados a esses funcionários, são com pouca exigência escolar (ensino fundamental e ensino médio), e desempenham em larga ou pequena escala, uma parte da manipulação do produto: também evadiram dos bancos escolares, e tentam sustentar a família com o emprego a que foram contratados. Muitos mesmo que concluíam o seu ensino na EJA, não conseguem boas colocações no emprego pela falta de aptidões e competências adequadas, que atenda os quesitos da vaga disputada. Além disso, esses mesmos sujeitos são cobrados por competências que vão além do que lhes foi apresentado na rotina diária, como proatividade, agilidade em resolução de problemas e outras características que somente serão desenvolvidas quando ocorre a convivência em diferentes atividades e conhecimentos, muitas vezes adquiridos em cursos de capacitação, jogos, filmes, eventos culturais, etc. (GOUVEIA; SILVA, 2015).

De repente, além do trabalho que normalmente é manual, mecânico e repetitivo, se vê a frente de um “Doutor” que tenta lhe explicar porque ele tem de entrar na fábrica com as botas limpas do jeito que o veterinário está explicando, que tem de lavar as mãos, que tem de lavar as caixas, que há diferença de caixa suja e caixa limpa, entre outros. Conceitos de boas práticas, conceitos de manipulação de alimentos, que são empíricos para esse perfil de funcionário, que não consegue associar o que está sendo aprendido dentro da

fábrica com a sua vida fora dela. Para ele é como se fossem dois mundos distintos, onde ele deve fazer o que lhe é pedido para evitar advertências e penalizações, e fora do ambiente de trabalho, ele pode retomar a sua vida. Os funcionários não conseguem interligar que os conhecimentos adquiridos no ambiente de trabalho podem ser aplicados em seu dia-a-dia. Mas isso não somente porque seja devido exclusivamente a sua dificuldade, mas porque, quem lhe ensinou não estava devidamente preparado para aborda-lo. O Responsável Técnico, tão bem treinado sobre a legislações, muitas vezes não consegue transmitir ou repassa-las aos seus subordinados. Quando eles erram na prática, muitas vezes os veterinários costumam associar os erros a pouco comprometimento dos funcionários, ou ainda de que não querem aprender.

Vieira (2017) destaca que as técnicas e práticas pedagógicas, e o objeto do treinamento deve ser adequado ao perfil do público que receberá essa formação.

Existem várias estratégias, disponibilizadas por meio de manuais de organização de evento para esse público, que muitas vezes são desconsideradas na organização de um evento como: duração, pausa para o lanche, horário, local, formas de apresentar, dinâmicas, etc. São pequenos atos, que fazem a quem vai receber a capacitação a se sentir acolhido. Afinal, os cursos devem ser curtos, pois muitas vezes o cansaço da rotina não prende a atenção, comer algo diferente, faz o funcionário se sentir acolhido e que aquele momento é importante. (VIEIRA,2017)

Mas o que se vê na prática desses treinamentos realizados por Médicos Veterinários nesses estabelecimentos é um perfil completamente distinto do que é preconizado em literatura: reuniões fora do horário de trabalho ou mesmo aos fins de semana, pois a empresa não quer perder o tempo de produção, explicações com termos técnicos que não fazem sentido ao funcionário muitas vezes sem o uso de algum material didático, e sequer há uma dinâmica de alimentação disponível para esses participantes. Embora a empresa cobre o Veterinário de seus treinamentos, ela também não oferece apoio e suporte ao Responsável Técnico, e agrava ainda mais um quadro que por si só já é um desafio a capacitação.

No momento em que os treinamentos são realizados sem preocupação, onde as informações são simplesmente jogadas, e sem qualquer

vínculo com a rotina, objetivos e expectativas do público, não há concretização e aproveitamento dos conteúdos ministrados, e se tornam apenas, capacitações para servir de relatórios quantitativos (VIEIRA, 2017)

O debate na formação de professores para a EJA não é recente, e acontece inclusive nos cursos de Pedagogia. Há dificuldades em fazer o professor enxergar esses alunos com uma postura aberta e dialógica, compreendendo o ambiente em que o aluno está inserido e os valores que carrega consigo (SOARES E PEDROSO;2016).

Há dificuldades em inserir essa modalidade de ensino nos cursos de Pedagogia (muitas faculdades ainda colocam como uma matéria optativa), e muitos dos conhecimentos fornecidos aos professores, fica restrito somente ao ensino básico. A EJA exige, entretanto, capacitadores e professores comprometidos com a educação, e que busquem romper paradigmas, não somente para que eles aprendam o conteúdo, que busquem estratégias e metodologias de ensino direcionadas a seu perfil, e façam seus alunos compreenderem que conhecimento o torna capaz de sair da condição de oprimido, para uma presença de mundo que intervém e transforma (FERNANDES; GOMES; 2015).

2.5 - O EAD NA EDUCAÇÃO CONTINUADA E FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS.

A partir dos anos 90, surgiu então a modalidade de Educação a Distância no Brasil (EAD). Suas bases legais foram inseridas na LDB, por meio do artigo 80, em que se inseriu a modalidade no país (CORREIA NETO; VALADÃO, 2017). Esse artigo, introduzido numa atualização da Lei de Diretrizes e Bases em 1996, confere ao Estado a responsabilidade de desenvolver e estimular os programas de EAD nos níveis fundamental, ensino médio e ensino superior bem como os cursos de formação continuada (GOMES; 2013).

Giolo (2008) ressalta que provavelmente a opção de estender o EAD a todas as modalidades de ensino (todos os níveis educacionais e modalidades), foi porque os legisladores entendiam que o Brasil, um país semelhante a China, Índia, Indonésia, etc., com déficits enormes em

aparelhamento escolar, e que dessa forma, deveriam ser impulsionados por todos os aspectos possíveis, inclusive por meio da educação à distância.

Embora a modalidade a Distância tenha sido prevista inclusive para o nível Fundamental, ela nunca tinha sido utilizada para esse nível, pois em atendimento aos Atos das Disposição Transitórias da Constituição Brasileira, e também pelas recomendações internacionais, o Brasil passou a partir de 1996 passou a expandir e investir no ensino fundamental, tanto que o FUNDEF foi criado para atender justamente essa demanda. Dessa forma, futuramente, em seu último marco regulatório de 2005, foi previsto que essa modalidade somente poderia ser aplicada na educação Básica, somente pode ser aplicado como complementação de estudos ou situações emergenciais, que ainda seriam definidos em documentos (GIOLO; 2008). Como se verificou na pandemia, a situação emergencial surgiu e essa modalidade teve de aderir a aulas online.

“A Educação a Distância (EAD) no Brasil, foi criada e se desenvolveu por meio de iniciativas privadas e decretos governamentais, cumprindo uma trajetória que acompanha a introdução e o crescimento de cada tecnologia no país. Assim, a EAD passou, pela era do correio, do rádio e da televisão, e vive hoje a era da internet, tendo, em cada período, de acordo com suas circunstâncias, acumulado certa quantidade de erros e acertos, contradições e incoerências não de todo inesperadas, já que vivemos num país com dimensões continentais e com problemas estruturais no campo educacional que demandam correções” (GOMES; 2013. p.13).

Gomes (2013) pontua que a EAD foi aliada de sucessivos governos, que se utilizaram dessa modalidade de ensino como uma forma economicamente viável para ampliar o acesso à educação, como uma forma de superar a defasagem educacional latente em várias regiões do país.

Neto et al (2020) ressaltam que sobre o ensino a distância deve-se refletir em dois aspectos: o primeiro que o Estado deve garantir o acesso à educação, já que esta é uma conquista. Portanto, ela não deve ser utilizada apenas para obtenção de lucro, e dessa maneira o Estado deve estar presente, não somente como órgão fiscalizador da qualidade do ensino em que se é oferecido, mas também como oferecedor dessa modalidade de ensino a milhares de brasileiros que estariam excluídos (seja por morarem longe de cidades, por dificuldades econômicas, etc.), a usufruir do direito de ter acesso à educação. O segundo aspecto a ser considerado, segundo esses mesmos autores, é que a educação a distância, apesar de todas as suas dificuldades e entraves, é uma boa conquista, pois é uma tecnologia que se desenvolve e democratiza o acesso

ao ensino, sendo um auxílio importante a formação de milhares de educandos, que sejam porque estão em locais distantes ou não, ou não teriam condições de realizar, ou mesmo não teriam tempo.

No Brasil, entre o período de 1900 a 1940, surgiram de maneira bem esporádica os primeiros registros de treinamento ou formações a distância. Estes mesmos autores destacam que foi em no ano 1904 ocorreu o registro da a primeira formação por correspondência, realizada pelo Jornal do Brasil, voltada exclusivamente para datilógrafos, provavelmente para atender as demandas internas do próprio jornal. (CORREIA NETO; VALADÃO,2017)

A seguir, na década de 1920 a 1930, foram criadas a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro e a Rádio- Escola Municipal do Rio, também situada no Rio. Essas duas experiências, tiveram influência de Edgard Roquette-Pinto (1884-1954). Este professor, considerado o pioneiro no ensino à distância, idealizou e participou ativamente nesse grupo para difundir assuntos culturais e científicos. Ele presumiu que o rádio e o Cinema seriam ferramentas essenciais para auxiliar na resolução dos problemas educacionais no país. Para ele o ideal é que o Rádio e o Cinema fossem escola dos sem escola. (FIOCRUZ, A brasileira).

Foi por volta da década de 1940 que surgiu o Instituto Universal Brasileiro, e o Instituto Radio Monitor. uma das primeiras instituições a comercializar cursos profissionalizantes, supletivo e técnico. A propaganda, maciça, era feito por meio de pequenas histórias em quadrinhos, disponíveis em revistas diversas e gibis infantis. Todas relatavam pequenas histórias de pessoas simples, que tinham alcançado sucesso através de um dos cursos adquiridos no instituto. O material era enviado via correio, no início, e com o avançar da tecnologia, atualmente os cursos são disponibilizados no site dessa instituição. Entretanto, a regulamentação desse ensino, só ocorreria em 1996, através da LDB, onde se regulamentava essa educação em todos os níveis de ensino. (SILVA *et al*; 2017)

“Nota-se que essas e outras experiências da época tiveram, no contexto brasileiro, um caráter inovador e de pioneirismo. As inserções de novas demandas de mercado e a possibilidade, como foi o caso do rádio, permitia que novas tecnologias comesçassem a serem usadas para disseminar cursos de diversas áreas para estudantes da mesma ou de outras localidades. Esses casos, ao perdurarem ao longo de mais três décadas, e com a inserção de novas experiências, como foi o caso do Instituto Rádio Técnico Monitor, que passou a oferecer

sistematicamente, no ano de 1939, cursos profissionalizantes por correspondência (ALVES, 2011), fez com que a prática de EaD começasse a ser habitualizada Brasil. “(CORREIA NETO; VALADÃO, 2017 p.108).

Neto et al (2020) destacam que o Estado tem o dever, de acordo com a Constituição Brasileira de 1988, de assegurar a Educação e oferecer acesso a todos os cidadãos. Dessa forma, a educação a distância deve ser entendida, como uma forma que o poder público encontrou para garantir que esse direito possa chegar a todos. Esses mesmos autores, destacam que o ensino superior, em muitas regiões do país, somente é acessível por essa modalidade para muitos estudantes.

Em 1996, paralelamente com a inserção da regulamentação do ensino a distância, ocorreu o surgimento da Secretaria da Educação a Distância-SEED, por meio do Decreto nº 1917, Anexo I, Seção 23, Art. 27, de 27 de maio de 1996, em que essa secretaria foi criada para inovar tecnologicamente no aprendizado e oferecer novos métodos e práticas pedagógicas, encorajando o uso das tecnologias de informação e comunicação (TICS), e também estimular o uso da modalidade EAD e de seu métodos pedagógicos(GOMES, 2013).

Dessa forma, verifica-se a partir dessa regulamentação da modalidade na LDB, um boom de ofertas em cursos nessas modalidades, ainda que o acesso tecnológico fosse deficitário e não tão desenvolvido para viabilização desses projetos de formação de vias não presenciais. Além disso, esse marco na LDB, deu a empresários da iniciativa privada, uma certa tranquilidade para atrair investimentos na área. O artigo 80, também pode ser considerado um divisor de águas, uma vez que realizou a separação daquilo que era feito até então (com pouca regulação do estado), e com o que acontece quando o Estado passa então a intervir e normatizar o processo de educação a distância (NETO *et al*, 2020).

Gomes (2013) relata que:

“...essa secretaria promoveu então diversos programas e ações que se destacaram na inserção de tecnologias no ambiente escolar tanto para alunos, quanto para a formação e educação continuada de professores, como : Domínio Público – biblioteca virtual; DVD Escola; E-Pronto; É-te Brasil; Programa Banda Larga nas Escolas; Prion-Infantil; Pronto; ProInfo Integrado; TV Escola; Sistema Universidade Aberta do Brasil; Banco Internacional de Objetos Educacionais; Portal do Professor; Programa Um Computador por Aluno – Prouca; Projeter Proinfo” (GOMES,2013, p.14)

Gomes (2013) ressalta que o EAD tem sido muito utilizado no discurso da democratização do ensino, colocando essa modalidade quase numa solução mágica para todos os problemas educacionais existentes, uma vez que ocorreu a expansão dessa modalidade no ensino superior, na rede privada, caracterizada por meio ofertas cursos de baixas mensalidades, que eleva o número de alunos. Os custos baixos para a construção desse tipo de ensino levam então a lucros altos para essas instituições.

Em 2004, ocorre um outro marco importante para o Ensino a Distância: é criada a Portaria nº 4059, em que se estabelece que as universidades e faculdades, podem oferecer nos seus cursos de graduação presenciais, 20% da sua carga horária em cursos não presenciais. Está criado assim, a modalidade de ensino semipresencial. (MOURA NETO *et al*,2020).

Moura Neto et al (2020) destacam que apesar desse marco, muitas universidades não fizeram uso dessa modalidade, mantendo os seus cursos no modo estritamente presencial. Existem muitas críticas quanto ao ensino presencial, entretanto, imaginar um futuro sem ele, com disciplinas e mesmo cursos inteiros sendo realizados por meios remotos eram inimagináveis.

Giolo (2008) relata que em 1996 esse marco desencadeou o início do processo da educação a distância no Brasil, entretanto, foi só partir dos anos 2000 que ocorreu um aumento expressivo da participação do setor privado , que conferiu então um perfil completamente diferente do que era preconizado pelas instituições de ensino públicas :o que para as estas era uma atividade complementar do ensino presencial , para o setor privado, foi uma oportunidade de se obter mais alunos a baixo custo altos lucros. Segundo este mesmo autor, inicialmente, foram ofertados cursos em que a busca era maior e de fácil organização e adaptação a modalidade, e, portanto, teria um maior número de alunos. Os primeiros cursos de formação escolhidos pelo ensino privado que atingiam essas características foram os cursos de Pedagogia, Normal Superior, Administração, e cursos de tecnologias de Gestão. Estes cursos eram considerados “fáceis” por exigirem menos investimentos estruturais. Ocorreu uma demora para o Estado perceber esta nova tendência, e, portanto, foi só em 2005 que foram criados marcos regulatórios e avaliativos, numa tentativa de organizar o setor.

Moura Neto *et al* (2020) ressaltam que o decreto 5662 de 2005 pela primeira vez assegura, que em qualquer lugar em que seja utilizada a modalidade EAD como forma de ensino, deve ser assegurado também o acesso à internet de banda larga, que se tornou indispensável, sem a qual o ensino nessa modalidade é quase impossível nos dias atuais. Segundo esses mesmos autores, ao utilizar os vídeos aulas, seja na produção ou transmissão do conteúdo, acabou tornando a internet de banda larga uma necessidade fundamental. Isso pode ser verificado, em maior escala, nos últimos anos na pandemia. Alunos de classes menos favorecidas, principalmente aqueles pertencentes ao ensino fundamental, tinham de ser virar para conseguir acessar as aulas, uma vez que por conta da emergência de saúde, essa foi a opção para a continuidade dos estudos. Muitos tinham que usar o celular dos pais para assistir as aulas, e só o faziam quando estes colocavam crédito. Mas o crédito nunca era o suficiente para atender o termino das aulas das aulas ofertadas. O resultado foi uma grande quantidade de alunos ausentes nessa modalidade.

“O Sistema Universidade Aberta do Brasil– UAB foi criado pelo SEED em 2005, embora sua oficialização tenha ocorrido através do Decreto n.5.800, de 8 de junho de 2006. Sua criação deu-se, em boa medida, pelos esforços do Fórum das Estatais pela Educação, e baseou-se nas experiências de consórcios nacionais para oferta de cursos superiores e de formação continuada, dentre os quais se destacam. a Unired, uma dos maiores e mais importantes consórcios de instituições educacionais brasileiras, com cerca de 70 instituições públicas de ensino participantes, e que fez parte das ações do Programa Sociedade da Informação, do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), a Edumed, um consórcio da Rede Nacional de Educação a Distância em Medicina e Saúde, e o Projeto Veredas, desenvolvido pela UFMG com foco na formação de professores. “(GOMES, 2013, p.14-15).

Dessa forma, toda a produção feita nessa modalidade tanto por universidades públicas ou privadas, que se arriscaram por meios próprios nessa modalidade, eram inseridos no bases teóricas, metodológicas da UAB, sempre é claro respeitando os 20% exigidos na legislação. (GOMES, 2013).

Para Arruda e Arruda (2016) esse mesmo decreto estabeleceu os critérios para a modalidade EAD, já que desde o seu início, havia uma resistência para essa modalidade, colocando inúmeros detalhes e regras. Entretanto, como estes autores postulam, o problema talvez não tenha sido resistência da sociedade em aderir a essa modalidade de ensino, mas sim a possibilidade que

o EAD permite em crescer desordenadamente através de iniciativas educacionais voltadas apenas para o Lucro.

O ensino a distância, entretanto esbarra em questões mais amplas, como já foi dito anteriormente, relacionadas as desigualdades econômicas e sociais, que se tornam barreiras que dificultam o acesso a população mais carente a recursos tecnológicos para ter acesso ao Ensino de qualidade. No âmbito Educacional, o EAD aponta a necessidade de formação continuada de todos os sujeitos que atuam nessa cadeia, tanto a formação de docentes para que tenham maior preparo e maior segurança na utilização de tecnologias, como também combater essas desigualdades econômicas e sociais. (IVANICK, 2021)

“Infelizmente, o que temos visto, principalmente no Brasil, é que podemos chamar de “mais do mesmo”: uma capilarização da UAB, por meio de polos avançados Brasil adentro, mesmo em lugares onde, não raro, há carências profundas de especialistas em EaD, inclusive para trabalhar nos polos. Vemos também a proliferação de instituições privadas, cursos e “metodologias” de ensino a distância que, ao fim e ao cabo são todas muito parecidas no barateamento dos cursos conseguido à custa de uma relação bastante desproporcional entre o número de professor e tutor por aluno e na simplificação do processo didático pedagógico como um todo. De um lado, polos universitários em locais onde a infraestrutura é bastante precária, inclusive sem energia elétrica e, de outro, o “ensalamento” de alunos em cursos à distância monitorados quase exclusivamente por tutores, com vistas ao lucro fácil obtido pela oferta em escala. Do ponto de vista das metodologias de ensino, o que impera é uma espécie de “modelo UAB” que, embora tenha muitas virtudes e, em alguns casos, resultados bastante favoráveis, não avançam muito além da adequação das ideias pedagógicas do ensino presencial às facilidades dos ambientes virtuais de aprendizagem. Hoje, as discussões sobre educação a distância parecem ter como foco as novidades tecnológicas e “cases de sucesso” com o uso dessa ou daquela ferramenta, em detrimento de discussões sobre outras propostas metodológicas e modelos educacionais possíveis e necessários, diante não apenas das tecnologias atuais, mas também diante das demandas sociais, quer para o trabalho, quer para o exercício da cidadania e também para o lazer.” (GOMES, 2013 p. 19-20)

A maioria dos cursos de formação de professores, tanto os presenciais quanto EAD, preparam os profissionais para alunos ideais, talvez até mesmo irreais. Muitos ensinam os conteúdos necessários a área de formação de professores, ferramentas de pedagógicas e metodológicas, mas nenhum deles mostra a realidade da profissão, quando este assume um contrato temporário, ou ao passar num cargo efetivo nas redes de ensino público (MACHADO, 2008).

Segundo Machado (2008) o desafio não é somente pensar nos alunos que estão ingressando numa graduação, mas também naqueles já atuam

com os alunos da EJA, onde para esses últimos, destinam-se os cursos de pós graduação, formação continuada. Há uma preocupação cada vez maior em caracterizar a ação do professor que atue na EJA numa ação dialógica, uma preocupação antiga que se foi pontuada por Paulo Freire em seus trabalhos.

O predomínio de oferta de cursos de formação de professores a distância, levanta questionamentos quanto a qualidade desses cursos, uma vez que esse modelo não propicia uma vivência universitária, não somente ligada as relações interpessoais, mas também no que tange a ensino, pesquisa e extensão. (ARRUDA; ARRUDA; 2015).

O que está em foco na formação a distância de professores, não é a formação de docentes a distância e sim à docência presencial. Como sair preparado para lidar com palestras, alunos vivos e presentes, se durante toda a sua formação não foram fornecidas essas vivências? Um professor deve ser autônomo e aprender a superar inibições. Como fazer isso em cursos oferecidos via internet? (GIOLO, 2008).

O desafio que se apresenta aos Responsáveis Técnicos veterinários é o mesmo: como se capacitar adequadamente via internet, se durante os cursos não são demonstradas as vivências do setor?

2.6-PROFISSÃO DOCENTE: O RESPONSÁVEL TÉCNICO SERIA UM?

A profissão docente é um conceito em constante transformação, que depende do contexto sócio-histórico em que está inserida. professores e professoras são os responsáveis principais pelo processo de ensino e aprendizagem de educação, e dessa forma, o exercício da atividade docente, suas particularidades e a maneira de desempenhá-la. A sua importância no processo de ensino e aprendizagem é de certa forma as exigências feitas em relação às atribuições das profissões. Elas variam de acordo com a importância do processo ensino e aprendizagem assumindo nos diferentes locais e tempo.(PASSOS, 2008).

Zuchini *et al* (2015) conduziram uma pesquisa recente a compreensão dos significados trabalho e saberes docentes, bem como as relações de ambos em atividades interacionais e também nos processos de formação de professores. Para esses autores, o trabalho docente é apontado

como um conjunto de interações, que pode ocorrer entre professor e aluno, em vários ambientes e momentos, sendo a sala de aula, o mais presente e o mais utilizado. Portanto, ainda que não se reconheça como tal, no momento em que está treinando os funcionários de uma empresa para as boas práticas de fabricação e normas de higienização, nesse momento, o médico Veterinário assume o papel de um docente.

Passos (2015) destaca que a investigação dessa prática docente, leva a preocupação em se formar adequadamente um professor, principalmente no ensino em Didática, que cada vez mais tem de preparar o aluno-professor a se tornar um profissional articulado e atento as demandas do mundo atual. Segundo essa mesma autora, trabalhar nesse tema é também aprofundar questões sobre a atuação dos professores que capacitam esses profissionais para a educação. Como se nota, não é um problema exclusivo da medicina veterinária.

Apesar das expectativas e exigências, e a alta oferta de cursos em didática e metodologias de ensino na área da educação, muitos professores ainda apresentam comportamentos que não facilitam o processo ensino-aprendizagem: práticas autoritárias que inibem ou desqualificam o aluno, metodologia de ensino ainda baseada na transmissão oral/ repetição de conhecimentos, avaliações classificatórias e com caráter punitivo, professores preparados tecnicamente mas com pouca preparação pedagógica, descaso com a dimensão afetiva, conteúdos trabalhos de formas descontextualizada e fragmentada (PASSOS, 2015)

Zuchini *et al* (2015) destacam que Tardiff (2008) pontua que é necessário compreender o trabalho docente sem desconsiderar o papel do “objeto humano “, que modifica a natureza do trabalho, pois ensinar é feito e executado por humanos, e para outros humanos o que confere a este profissional uma grande responsabilidade no seu fazer profissional. Esses mesmos autores pontuam que essa concepção descreve acontece o trabalho de um professor.: este trabalho está no centro do processo educacional, onde considera-se que a essência dessa função está no sujeito que a exerce, onde este mesmo sujeito é moldado por meio de suas interações sociais com seus alunos e colegas de trabalho com quem convive no exercício da profissão.

Passos (2015) ressalta que compreender o trabalho docente e os elementos que se constituem a sua identidade, é de suma importância para que este profissional se conheça melhor, uma vez que como ele se enxerga se constitui um, sistemas de representações lhe servem de referência, isto é, o que este sujeito considera importante para o *ser professor* a influência desses profissionais nos desafios

“Dessa forma, instruir está presente em toda a atividade humana, enquanto dimensão da cultura. Essa relação da instrução, que permite avançar com a universalização da educação, com a demanda da qualidade, prepara o educando para o exercício da cidadania. Portanto, instruir é uma dimensão da cidadania, de intervenção no mundo, de forma a construir a vida em sociedade. Contudo, a instrução não se resume apenas na aquisição de saberes e, por isso, é preciso refletir sobre a educação que transforma, que se dá em casa, na escola, no bairro, na igreja, nas associações, no clube, nas demais relações sociais; em tudo isso ocorre o fenômeno da instrução; ou seja, ninguém se educa sozinho, ninguém se transforma sozinho, também ninguém se instrui sozinho, ninguém participa do patrimônio da humanidade, do patrimônio cultural, das formas diversas da cultura, sem se identificar com essa própria sociedade, com essa própria cultura. e transformações da realidade social atual”. (ZUCHINI *et al*, 2015, p. 26840)

Esse tipo de questionamentos não é feito por médico veterinário quando atua no treinamento desses profissionais, pois não foi capacitado adequadamente para o trabalho docente. Como se enxergar um Docente se em nenhum momento se apontou esse olhar? Para a grande parcela da classe veterinária ser professor ainda é somente aqueles que estão inseridos nas faculdades e universidades, atuando na sala de aula.

“Pelas características apresentadas, percebemos que o trabalho docente se caracteriza pela pluralidade de saberes e experiências para seu desempenho. Nossa ação docente se confunde com aquilo que somos “(PASSOS,2008, p.4)

Uma dificuldade que verifica para o ensino, é a visão reducionista da profissão, onde muitos docentes ainda consideram que seu papel é um mero reprodutor de um determinado conteúdo que leva a dificuldades pedagógicas como o processo ensino-aprendizagem. O aprendizado é fixo, engessado, repetitivo e monótono, não havendo abertura para a participação do aluno de forma ativa, nos momentos de ensino aprendizado. Talvez por isso, numa análise mais ampla, muitos veterinários ainda reproduzam esse comportamento em seus treinamentos, pois também foram capacitados dessa forma, ou sequer

receberam qualquer informação sobre didática e metodologias de ensino. (Passos,2008)

“Assumir-se como professor requer a clareza de muitos aspectos constituintes da missão a ser realizada. É preciso, sim, ter metas e objetivos, saber sobre o que se vai ensinar, mas não se pode perder de vista, um segundo sequer, para quem se está ensinando e é disso que decorre o como realizar. Integrar tudo inclui dar conta de diversas facetas do processo ensino-aprendizagem, ou seja, a do aluno concreto, real, a do conhecimento, a das estratégias de ensino, e a do contexto cultural e histórico em que se situam (Tacca, 2000). Conjuguar isso exige compromisso e responsabilidade com o aluno, o que permite avançar na exigência da compreensão da pessoa no processo de ensinar e aprender.”(TUNES *et al* ,2005 p. 697).

2.7 EDUCAÇÃO CONTINUADA EM MEDICINA VETERINÁRIA

Atuar como Responsável Técnico numa empresa de produtos de origem animal é uma das práticas veterinárias que possui estreita ligação com a legislação pertinente a área de Inspeção e tecnologia de Produtos e alimentos de Origem animal. A legislação tem como objetivo orientar e disciplinar os diversos campos de atuação, bem como regulamentar os avanços e as mudanças que ocorrem em escala nacional e internacional, tornando-os objeto de regulamentação (MARIN; MIRANDA, 2020).

A legislação em que se baseia prática do Responsável Técnico de uma Indústria, fábrica ou qualquer outro estabelecimento de produtos de origem animal, é além das normas da Vigilância Sanitária, tem como base o conhecido RISPOA, constantemente atualizado e que contém as determinações técnicas que devem ser obedecidas por esse tipo de estabelecimento, de acordo com a origem do alimento. Por ser tão extenso, é abordado em muitas Universidades nas disciplinas de Tecnologia de alimentos de origem animal e Inspeção de Produtos de origem animal, respectivamente. Por isso, o profissional egresso dessas universidades, de frente com o seu campo de atuação, busca aprimorar os seus conhecimentos sobre o tema, para adequá-lo à realidade em que vivencia na sua rotina de trabalho. Muitos notam um descompasso entre o que é fornecido durante a graduação e o que é vivenciado em seu ambiente de trabalho. Para isso buscam a educação continuada, seja através de um curso, especialização, cursos de extensão, etc.

Tavolaro *et al* (2011) destacam que a Comissão de Ensino de Medicina Veterinária do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) já

publicou alertas e importantes contribuições sobre mudanças que devem ser feitas para melhorar as práticas pedagógicas destinadas a formação de novos profissionais. Segundo esses mesmos autores, essa discussão ainda é recente e ocupa um espaço pequeno, mas já se notou a necessidade de que o profissional do mundo moderno, deve além de possuir os seus conhecimentos técnicos na sua área de especialidade, desenvolver seu lado afetivo-emocional, suas habilidades, seus valores, atitudes. Não basta somente ter conhecimento técnico, é preciso saber gerenciar conflitos entre funcionários, ter conhecimentos de práticas pedagógicas para ensino.

Medeiros *et al* (2021) pontuam que a formação continuada do docente é contínua, porém ela não deve ser feita somente visando o acúmulo de cursos de curta duração, mas também por meio de reflexões por situações problemas encontrados em sua prática, que se iniciam desde a sua graduação até e o acompanham durante toda a sua trajetória educacional. Estes mesmos autores destacam que, dentre as várias estratégias, em termos de Metodologias ativas de aprendizado, as que mais tem se destacado para o profissional docente são :Aprendizagem baseada em Problemas (APB), Metodologia da Problematização, Team – base Clearing e sala de aula invertida.

Souza *et al* (2012) destacam que para manter-se competitiva no mercado atual de trabalho as empresas investem no treinamento de seus principais ativos, isto é, as pessoas, desenvolvendo a suas competências e treinando-as para terem maior eficácia em sua produção do seu negócio. Situação semelhante ocorre nos Veterinários que buscam se aprimorar para oferecer maior eficácia em seus treinamentos ou na qualidade de seus serviços oferecidos.

2.8 PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO: SUA IMPORTÂNCIA E INFLUÊNCIA NOS MÉTODOS DE ENSINO

A aprendizagem pode ser definida com o processo de aquisição de novos conhecimentos, que podem ser adquiridos por experiências vivenciadas, que podem sofrer influência tanto por fatores inerentes ao sujeito, quanto por fatores externos, e que depende das características sociais, mentais, sensoriais, e sociais para se desenvolverem. (NETO; COSTA, 2017).

O curso de formação de professores apresenta para seus alunos os teóricos relacionados a Psicologia da Educação, pois pretende-se oferecer aos seus futuros capacitadores, conhecimentos teórico-prático necessários para o exercício competente da sua profissão. Ao se apresentar os teóricos ligados a Psicologia da Educação, pretende-se, fornecer ao futuro docente, elementos construtivos indispensáveis a sua prática, pois fazem parte do processo pedagógico e tratam de dois processos básicos: desenvolvimento e aprendizagem (SILVA; NASCIMENTO, 2013).

Segundo Neto e Costa 2017 as teorias da aprendizagem fornecidas por teóricos como, Piaget, Wallon, Vygotsky e Skinner, foram de suma importância para a Educação. Nestas teorias, são estabelecem relação com as práticas pedagógicas, mas também apresentam questionamentos e críticas quanto a forma de ensino do professor em sala de aula.

Amaral (2007) descreve que a Educação ocorre entre as pessoas, e a Psicologia tem como objetivo estudar o Homem e sua subjetividade, e é necessário que se lance mãos desses conhecimentos para melhor conhecer o processo educativo.

Os teóricos da Educação, nos mostram através da história, que a busca para explicar como o processo educativo e formação do aprendizado acontece, e se apresentam nas teorias de aprendizagem que tem por objetivo fornecer e auxiliar na resolução das dúvidas que surgiam dentro das instituições de ensino. (NETO; COSTA, 2017).

Silveira (2020) relata que as teorias da aprendizagem são um instrumento para diagnóstico e análise das diferentes formas de aprendizagem, sendo, portanto, uma base para que o professor possa oferecer aulas de melhor qualidade e maior êxito.

Não se pretende nesse estudo elencar cada um dos teóricos da educação e sua forma de contribuição no desenvolvimento humano, mas sim destacar sua importância, e que deveria ser um aspecto a ser abordado em treinamentos destinados a capacitadores, independente da área em que atuem, no mínimo fornecendo conceitos para que este compreenda que para o seu treinamento seja efetivo, é necessário lançar mão de outras estratégias complementares.

2.9 PAULO FREIRE: O EDUCADOR QUE MUDOU O ENSINO DA EJA

“A busca de métodos e práticas pedagógicas adequadas à realidade sociocultural e às necessidades dos educandos da Educação de Jovens e Adultos sempre foi um grande desafio a ser enfrentado.” (SILVA, 2017, p. 64).

Em se tratando de Educação de Jovens e Adultos, um educador se destaca ao longo da História: Paulo Freire. Nougaro e Eco (2015), pontuam que a amplitude da obra freiriana sobre o tema, em seus diferentes aspectos, tanto culturais quanto em diferentes campos de conhecimento, chamam a atenção de diferentes estudiosos e interpretes desse educador.

Freire se destaca ao ser um dos primeiros educadores a perceber que os métodos de ensino e práticas pedagógicas utilizadas na educação infantil não eram adequados ao perfil dos alunos da EJA. Além disso, foi um dos primeiros a aprofundar a dialogicidade do ato de educar, uma vez que, ao definir os seus conceitos, propõem que as relações sociais independem do fato de ser alfabetizado ou não o sujeito, basta apenas captar os dados da realidade do saber, mesmo que seja apenas opinativo. Para ele não existe uma ignorância absoluta. (CARVALHO *et al*, 2010).

Pinto *et al* (2013) destacam que uma das principais preocupações de Paulo Freire no que se refere a EJA, era que os professores destinados a essa modalidade tivessem a preocupação em buscar métodos que facilitassem a aprendizagem desses alunos e compreendessem esses estudantes de acordo com sua realidade de ensino. Esses mesmos autores pontuam que a visão freiriana de educação trouxe um outro olhar as minorias, como um reflexo da desigualdade social.

Freire então propões mudanças na aplicação do ensino e propõem que o sujeito em sala de aula não é apenas um aluno, mas sim, um ser pensante e ativo no aprendizado, que possui algum tipo de conhecimento, mas que não teve as oportunidades para educação como os demais, e que é através desse conhecimento prévio é que deve ser pautado a aquisição de novos conhecimentos. (PINTO *et al*, 2013)

Beiseigel (1996) relata que Paulo Freire começou a se destacar na Imprensa ao promover o seu método, recém-elaborado, onde conseguia

alfabetizar de maneira eficaz em pouco tempo adultos, onde se vislumbrava uma verdadeira revolução ao combate ao analfabetismo da época. Mas o que antes parecia algo absurdo, se provou ser algo inovador e eficiente.

Costa (2016) pontua que a educação popular surgiu muito antes do período em que os grupos que se utilizam desse nome passaram a se mobilizar nas camadas marginalizadas da sociedade, um trabalho político aliado a uma forte crítica social. Freire rompe com as propostas educacionais, em relação as propostas educacionais anteriores, onde este educador associou o processo educativo a uma mudança política através do uso da própria voz, na medida em que essas reclamações e questionamentos adviessem do próprio povo e dessa forma fossem base para a construção do saber.

Segundo Fávero (2011), embora os estudos de Freire fossem promissores, eles foram mal aplicados e mal entendidos, ou ainda, reconvertidos profissionalmente. O uso destes ficou restrito a propostas do ensino supletivo, que se já se iniciava por volta dos anos 70, e atualmente na formação continuada dos profissionais da Educação.

Entretanto, esses mesmos estudos são a base do método de Paulo Freire, quando se almeja as mudanças curriculares para que atenda adequadamente os alunos da EJA no ensino regular noturno, ou ainda para a existência do ensino supletivo, sempre tem que ter como base as experiências vivenciadas por esses alunos como ponto de partida na construção do conhecimento (FÁVERO, 2011).

Eco e Nougaro (2015) ressaltam que Educação e Humanização são termos inseparáveis, pois o objetivo de se educar é formar e “transformar” os sujeitos, valorizando suas mudanças e atualizando suas potencialidades, tornando-os humanos. O ato pedagógico é um ato de educar, e o trabalho de um educador se realiza entre humanos e para humanos.

Os princípios que fundamentam e orientam a Educação para Freire, permitem que ocorra o diálogo entre as pessoas e a elaboração e a apropriação crítica da realidade por parte dos educandos e educadores, sendo dessa forma, a dialogicidade um importante diferencial definidor da concepção de educação deste Educador. (ECO; NOGARO, 2015).

Em seu método, Freire estimula a construção do conhecimento através do questionamento, onde o saber deixa de ser somente uma repetição

de saberes ou reconhecimento dos mesmos, mas sim, que independentemente da matéria lecionada, esta deve estar relacionada com o meio, e ser adaptada aos ambientes e conflitos locais, estimulando os educandos a ter uma visão crítica do mundo em que vive. (COSTA,2016)

Por isso o destaque deste Educador em Educação de Jovens e Adultos, pois ele reconheceu que para este tipo de perfil de educando o aprender pode ocorrer em tempos diferentes, e seus limites devem ser preservados, pois não existe o mesmo tempo para todos (SILVA, 2017).

No âmbito escolar, Paulo Freire, tirou o foco do conteúdo e centrou-se nos sujeitos para como elementos participativos do processo ensino aprendizagem. Em seu livro mais famoso, Pedagogia do Oprimido, ele relata os processos de aprendizagem sempre a partir do ponto de vista do educando, nunca do educador. Para este educador, refletir sobre a educação é também refletir, concomitantemente, sobre o ser humano, peça fundamental para o processo educativo. (ECO; NOUGARO,2015).

2.10- IMPORTANCIA DO ENSINO DA DIDÁTICA E METODOLOGIAS DE ENSINO NA FORMAÇÃO DOCENTE E DE CAPACITADORES

Um professor ou capacitador deve estar apto a fornecer conhecimentos e adequar o seu método de ensino ao público que se apresenta frente a ele. Os métodos e adversidades presentes no ato de ensinar estão cada vez mais voltados a necessidades e realidade dos estudantes, de acordo com o seu ambiente e seus relacionamentos pessoais. Por isso o docente, deve trabalhar com técnicas adequadas ao perfil do aluno de acordo com a realidade em que ele vive, mas ela não deve ser restrita a esse contexto, pois isso torna a aprendizagem engessada, onde o educando não consegue ultrapassar as fronteiras do que foi aprendido para além da sua realidade (ALMEIDA, 2015).

A didática é considerada uma ampla e indispensável ferramenta no ensino dos conteúdos programáticos que o professor deseja transmitir aos seus alunos. Durante a formação de docentes, muitos veem no ensino dessa disciplina como um manual onde se aprende a ensinar, com todos os passos já delimitados. Entretanto, essa visão é equivocada, uma vez que é dificilmente a didática possa ser utilizada para esse fim, uma vez que ela vai se adaptando

dependendo da necessidade e da proporção com que vai surgindo. (BASTOS, 2017).

Dessa forma, deve-se preparar o docente, ao fazer didático que possibilite a ele a reflexão em relação a cada situação de aprendizagem, a partir da realidade em que professor e aluno estão inseridos, e depois, expandindo para outras realidades e meios sociais (ALMEIDA, 2015).

Os alunos da EJA são um grande desafio para o professor e sua prática pedagógica, uma vez que tem como objetivo, através da construção do conhecimento, adequar a escola a realidade da vida deste educando. (LIRA *et al*, 2015)

Entretanto, a história da Educação, nos mostra que a capacitação de Professores que atuam nesse público ou mesmo de capacitadores, parece ainda estar com o estigma do Projeto Mobral ainda presente. Segundo Arruda 2018, assim como o material didático desse programa, que era padronizado e não considerava as distintas realidades do Brasil, a formação dos professores seguia a mesma linha, onde eles, não tinham formação adequada para atender esses alunos: eram os chamados professores Leigos.

O programa perdurou por 15 anos, e durante todo esse tempo, recrutou professores sem qualquer exigência prévia, o que demonstrou um descaso com o “saber fazer docente” e incutiu a ideia de que qualquer um que soubesse ler ou escrever, seria capaz de alfabetizar um adulto. Além disso, como a maioria desses educadores somente tinham alfabetizado crianças, reproduziam as mesmas técnicas com os alunos da EJA, que se tornavam analfabetos funcionais: sabiam ler e escrever, sem, contudo, ter criticidade com o conteúdo apresentado. (ARRUDA, 2018).

Outro ponto Comum é que eram educadoras recém formadas, ou mesmo monitoras de educação, sem nenhuma formação específica, e o mais próximo que se tinha para se formar um capacitador ou educador para esse perfil de aluno, era o Magistério, que também possuía lacunas. Dessa forma, o Governo Militar, criador do programa, criou cursos específicos para professores que iriam ou que já atuavam no Mobral. Os treinamentos dessas capacitadoras, eram deficientes e inapropriados e com o objetivo de apenas repercutir os ideais militares. Logo, passou a seleção desses educadores, passou também a ter influência política, onde então, eram escolhidas pessoas que sequer tinha

concluído o ensino fundamental, bastando para ensinar outro adulto, apenas a ler e escrever (ARRUDA, 2018).

Almeida (2015) pontua que manter os alunos interessados, fazer a manutenção do ambiente, lidar com os conflitos em sala de aula, concentração nas disciplinas e assimilação dos conteúdos são tarefas cada vez mais desafiadoras para o docente, pois a globalização trouxe a tecnologia, e conseqüentemente, o envolvimento do aluno a distração em relação ao que se apresenta em sala de aula.

Desafio maior ainda se apresenta ao profissional que busca ensinar a EJA. Além dos problemas desses já relatados acima, os educandos possuem um baixo nível de aprendizagem, e possuem muitos fatores que ajudam a contribuir ao aluno a desistir do sonho de aprender. Por isso, é de fundamental importância, pensar em práticas e estratégias que atendam a esse perfil de educando, garantindo não somente o seu desenvolvimento como aluno, mas também a sua inclusão e dignidade, ao se devolver o seu direito de aprender. Além disso, deve-se considerar que a maioria desses alunos já trabalham e com responsabilidades com suas famílias, onde o educador deve se utilizar de estratégias estimulantes e condizentes com esse perfil (SOUSA, 2018).

Impor-se como o único detentor do conhecimento, não estar aberto a perguntas, não são abordagens ideais para o aprendizado para esses educandos. Entretanto, muitos RTs reproduzem esse comportamento, ainda que inconscientemente e despertam lembranças ruins desses mesmos funcionários, que possuem traumas escolares em relação ensino e aprendizado.

“A proposta volta-se para a aprendizagem de adultos inseridos no mundo do trabalho. Não se trata de transmitir um conhecimento pronto a ser assimilado pelos participantes da capacitação, mas de criar as condições e as situações mais adequadas para que esses entrem em contato com os conteúdos de forma dinâmica, interativa e participativa, construindo ativamente novos conhecimentos e transformando seus conhecimentos prévios, para melhor adaptá-los à sua realidade”. (MARCELINO,2015, p. 11)

Para os funcionários de uma empresa como estabelecimentos tipo frigorífico, o RT é somente um profissional onde dita as regras, que muitas vezes não lhe fazem sentido. Embora ingênuo, muitos RTs esperam que os funcionários obedeçam às boas práticas e as executem porque eles a recomendou.

Segundo Vieira (2017) esse pensamento simplista que determinada ação será acatada simplesmente por ser uma boa recomendação vinda de um profissional recomendado e do fato dela ser boa, não é eficaz. Segundo este mesmo autor, a linguagem que o profissional for se utilizar para falar com esses funcionários deve ser adequada ao perfil do público que estará participando do evento.

“Desse ponto de vista, entende-se que adultos aprendem com a experiência, mas a sua bagagem pessoal e experiência profissional também contribuem para esse aprendizado. O adulto tem a necessidade de saber por que cada assunto ou tema é apresentado, e se esses contribuirão para a resolução de problemas presentes e futuros na sua atuação profissional. Assim, capacitar significa mais que atualizar, ou acrescentar conhecimentos a respeito de um tema ou técnica específico. É desenvolver e ampliar competências para promover transformações no contexto de trabalho.” (MARCELINO, 2015, p 12).

O conhecimento da didática como algo concreto do que é apresentado, pode auxiliar o professor a atingir os objetivos almejados em seu planejamento de ensino do que o professor almejou durante o seu planejamento, e dessa forma, irá atender as diferentes formas de educação, crenças e questionamentos existentes, onde, o processo ensino aprendizagem tem como objetivo estar em constante modificações (BASTOS, 2017).

Muitos profissionais acreditam que o uso da didática deve ser apenas no ensino básico. Uma postura semelhante é vista em docentes do ensino superior, que muitas vezes, por possuírem em sua grande maioria bacharelado e pouca formação pedagógica, atribuem a essa disciplina uma baixa importância ou nenhuma (FERNANDES *et al*, 2019).

Severo *et al* (2020) destacam que muitos professores que atuam no ensino superior não possuem formação em licenciatura, apenas possuem o bacharelado, ou ainda os cursos somente os preparam sobre a prática pedagógica e seus métodos de ensino, por meio de teorias, o qual o profissional depois de formado não sabe como aplicar. Formados, esses sujeitos, segundo essas autoras, exercem com plenitude atividades de gestão e a sua especialidade, porém, estes profissionais, ao adentrarem em sala de aula, por serem inexperientes, irão repetir os modelos de aula que tenham vivido, e qualquer método ou técnica atraente, será repudiado, ou então adotará um método inovador esperando que dessa forma irá obter um processo ensino-aprendizagem com êxito.

Manter alunos interessados, a harmonia no ambiente, concentração nos conteúdos ministrados e assimilação de conteúdos são um desafio para qualquer professor. Dessa forma, o educador deve buscar ferramentas para atrair a atenção do aluno, que não devem ser restritas somente ao uso de equipamentos audiovisuais, mas também na busca por um planejamento, metodologia, diálogo, que são essenciais para o êxito do aprendizado (ALMEIDA,2015).

2.11 AMBIENTES DIGITAIS: A INOVAÇÃO NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DE CAPACITADORES E DOCENTES.

A evolução tecnológica e a mundialização da rede, trouxe mudanças nos processos de comunicação educacional e novos cenários possíveis para o processo ensino-aprendizagem. Com essa nova realidade, as tecnologias que antes eram proibidas em muitas salas de aula, pelos próprios professores, ganharam adeptos em sua defesa. A questão agora, na área da Educação não é inibir o uso, mas sim como utilizar adequadamente no processo de aprendizagem, o que exige uma reestruturação dos sujeitos, das instituições, de metodologias de ensino e mudanças culturais(MOREIRA; HORTA, 2020).

O surgimento da pandemia da Covid 19, trouxe um novo cenário, mesmo para aqueles que já se utilizavam da tecnologia no processo de ensino aprendizagem. A pandemia forçou mudanças estruturais e adequações rápidas, de forma rápida e emergencial, de forma quase obrigatória (MOREIRA; HORTA, 2020).

Os alunos da EJA, com suas inúmeras particularidades e dificuldades, devem ser incluídos na era digital, pois no mundo atual, além das habilidades de leitura e escrita, é necessário ter conhecimento no mundo digital, que garantirá ao aluno, maior possibilidade de inserção a sociedade. A concretização desse objetivo é outra dificuldade, pois muitas vezes, os próprios professores que os ensinam, não estão capacitados para o uso destas tecnologias, ou ainda há a dificuldade financeira em adquirir essas tecnologias por parte de seus alunos(LOURENÇO *et al*, 2020).

Em 2020, com o surgimento da Pandemia da COVID-19, o mundo da educação sofreu drásticas alterações, impostas pelo afastamento social, que

afetou a forma de educandos e docentes em vivenciar a prática do ensino e do ato de aprender (NOBRE *et al*,2021).

De maneira bem brusca, a sala de aula física foi substituída por artefatos digitais, onde foi necessário o professor se reinventarem, se readaptarem, alterarem e criar estratégias diferenciadas para atender a nova demanda que surgia. A virtualização do ambiente educacional, a que assistimos, pressupõe uma alteração de práticas e modelos, obrigando, professores, alunos, comunidade educativa a assumir novos papéis e novas formas de comunicação. (NOBRE *et al*, 2021).

Santana (2015) destaca que para alunos da EJA, a inserção tecnológica no ensino é mais difícil, visto que muitas vezes, os próprios docentes destinados à sua formação, apresentam dificuldades no uso da tecnologia. É importante lembrar, segundo esse mesmo autor, que essa deficiência, não se deve somente a dificuldade de aprendizado do docente na tecnologia, mas também porque quando em sua formação, o uso desse material pedagógico inexistia ou ainda era de difícil acesso no espaço escolar, ou mesmo falta estrutura física adequada para se utilizar dessas metodologias de ensino, o que traz insatisfação ao estudante. O mundo agora, assim como as empresas, não exige apenas o aprendizado da leitura, escrita, contas, interpretação de texto, mas também, exige cada vez mais, o uso de tecnologias.

Um grande desafio então se apresenta ao capacitador desse público: como ensinar o serviço que necessita o uso de tecnologia, ou de equipamentos especializados, para aquele que sequer sabe utilizar o celular? Muitas vezes esses “alunos”, estão “disfarçados “ao veterinário que atua como Responsável Técnico nas empresas, que não consegue perceber que o mesmo funcionário que manuseia um equipamento, ou apresenta dificuldades em seu uso, não sabe ler e escrever. Ele apenas “decorou” os movimentos para garantir que fique no emprego. Os erros aparecem quando há alguma necessidade de escrita ou leitura, mas que como é típico de pessoas desse público, é disfarçado para evitar, evitar constrangimentos.

Alunos a partir de 17 anos podem ingressar na Educação de Jovens e Adultos, caso não tenham conseguido vaga no período noturno de uma escola de ensino regular. É possível para esses alunos cursar o ensino fundamental em dois anos (cada ano escolar por semestre), e o ensino médio,

em um ano e meio, sendo que nesse último caso, sendo possível tanto na modalidade presencial quanto a distância (EAD) (NASCIMENTO *et al*, 2015).

Parece um oxímoro oferecer o ensino a distância a alunos que muitas vezes possuem dificuldade em se utilizar dessa tecnologia no dia a dia, ou ainda de possuí-las. Para alunos da EJA, além do analfabetismo elementar de escrita e leitura, existe também o “analfabetismo digital”, ainda pouco estudado e discutido (NASCIMENTO *et al*, 2015).

Em se tratando de ambientes digitais, o médico veterinário também é aluno e se utiliza desse meio para seus aprendizados próprios. Os cursos que busca para a sua formação e sua atualização, já escassos presencialmente pelo baixo índice de cursos voltados para a função que atua, se tornou na pandemia, uma forma de oferecer a esses profissionais, por meio digitalizado.

As práticas pedagógicas de aprendizagem adotadas em ambientes digitais têm sido utilizadas como uma forma de ultrapassar as limitações da presencialidade (MOREIRA *et al*; 2020).

Segundo Moreira *et al* (2020) para que a aprendizagem ocorra com êxito, é necessário que os estudantes tenham apoio mediante o desenvolvimento de conhecimento, que levam aos participantes a uma maior autonomia do seu aprendizado.

A docência em meios digitais se torna um desafio para educador, pois envolve a adequação de práticas em formatos midiáticos com produção de aulas sob uma nova dinâmica, sendo o uso de vídeo aulas o meio mais utilizado pelos educadores (PENTEADO; COSTA; 2020).

Segundo Penteado e Costa (2020), a formação de professores para o uso das TIDCS é pouca ou inexistente, e muitos priorizam o caráter técnico do que o pedagógico. A precariedade na capacitação desses profissionais, segundo essas mesmas autoras, se manifesta em inseguranças em falar na frente da câmera, dúvidas sobre o que vestir na apresentação, uso de maquiagem ou não, tempo de aula, trejeitos e gestos corporais que se utiliza em sua prática presencial.

A educação digital exige que o processo pedagógico seja realizado de forma distinta, entretanto, esta mudança não deve ser somente do ponto de vista tecnológico, mas também em termos de mentalidade e de prática (MOREIRA *et al*, 2020).

Penteado e Costa (2020) destacam que o formato de aulas pode levar a mudanças em forma de interagir e comunicar entre aluno e professor, mas também podem delimitar a forma de como ocorre de formação do ensino e da aquisição de conhecimento.

O uso das TICS em Educação de Jovens e Adultos é um tema recente e pouco estudado, e muitos tem buscado a educação por meio a distância ou presenciais. O perfil desses alunos além dos já relatados também, incluem angustias e analfabetismo digital. Muitos professores relutam em se utilizar das TICS por falta de preparo técnico em sua utilização. Ao estarem indevidamente preparados para o ensino por meio digital e sem a metodologia adequada a essa modalidade, os próprios docentes passam a tratar os alunos da EJA como os alunos do ensino regular, excluindo-os digitalmente (NASCIMENTO *et al*, 2015).

A comunicação é essencial para o processo ensino-aprendizagem. Em ambientes virtuais, a interatividade surge para dar outro significado ao conceito de interação já existente. Neste novo significado, supõe-se a participação, a cooperação, a bi direcionalidade, multiplicidade dos atores envolvidos. (MOREIRA *et al*;2020).

Fornecer apenas os recursos tecnológicos e esperar que eles sejam por si só responsáveis pela formação de alunos, e que estarão aptas as tarefas que irão exercer no trabalho é uma premissa que caiu no senso comum, como uma solução mágica (NASCIMENTO *et al*;2015).

Inclusão digital para os alunos da EJA não se limita apenas ao acesso em rede de infraestrutura ou mesmo computadores em rede, mas sim capacitar esses educandos a utilizar esses meios de comunicação e possibilitar meios de uma incorporação ativa em todo processo de produção desse conteúdo.

Existem muitas vantagens no uso da tecnologia disponíveis no mundo de hoje, mas também é necessário um aperfeiçoamento do conhecimento disponível pois nessa área, a busca por inovação e suas contínuas e rápida mudança, o que leva a transformações significativas no processo de ensino/aprendizagem fornecidas aos professores (MOREIRA *et al*, 2020).

A sociedade atual é informatizada e a EJA necessita que seu currículo não se afaste da Educação Básica e da Educação Profissional., necessitando, pois, de um currículo integrado que aborde as duas necessidades. Utilizar-se de internet, celular, computador, televisão, rádio, podem trazer mudanças significativas no processo ensino aprendizagem, que se utilizadas corretamente por professores capacitados, podem ser uma das principais formas de combater o analfabetismo em nosso país (NASCIMENTO *et al*;2020).

3. OBJETIVOS

Este estudo tem por objetivos:

a) Através de uma pesquisa bibliográfica em sites de organizações que promovem cursos de educação continuada para a formação de Responsáveis Técnicos veterinários, verificar quais os conteúdos são abordados para esses profissionais.

b) Descrever os elementos pedagógicos utilizados pelas organizações responsáveis na realização de seus cursos.

c) Analisar por meio de educadores e estudiosos da área da educação, se a metodologia escolhida por essas organizações é eficaz na formação continuada dos profissionais.

4- MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia de pesquisa foi uma análise documental exploratória do tipo qualitativa utilizando-se de fontes obtidas de internet de acesso público nos sites de capacitações no tema deste estudo.

Pesquisas que se utilizam de documentos permitem ao pesquisador analisar a sociedade e o tempo em que está sendo pesquisado,

“Outra justificativa para o uso de documentos em pesquisa é que ele permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social. A análise documental favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros.” (CELLARD, 2008 SÁ-SILVA *et al*, 2009, p.2)

Junior *et al* (2021) destacam que análise documental pode ser desenvolvida a partir de várias fontes, de diferentes tipos, não necessariamente o do tipo escrito, uma vez já excluindo livros e matérias onde o conteúdo onde o

tratamento analítico foi realizado, mas também a ampla definição de documentos como leis, fotos, vídeos, jornais, etc.

Temporini e Piovesan (2015) definem que a pesquisa exploratória quando utilizada com o objetivo de complementar a pesquisa principal, onde essa técnica deve ser adequada ao meio em que se deseja estudar e as variáveis existentes, suas significações e seu contexto no estudo em que ela será utilizada.

Assim definido o objetivo desse estudo escolhido foi analisar os Cursos de Capacitação direcionados a Responsáveis Técnicos Veterinários.

Devido à grande variedade de locais onde o veterinário poderia atuar como RT, selecionou-se um subgrupo, que são aqueles que atuam nas fábricas de produtos ou alimentos de origem animal, e dentro desse universo, optou-se por aqueles que atuam em fábricas de origem de produtos alimentícios cárneos, onde a estrutura fordista de fabricação desses alimentos, permite a contratação de funcionários com o perfil característico da EJA: analfabetismo ou baixa escolaridade, dificuldades de aprendizado, histórico de evasão (alguns inclusive podem estar inseridos na EJA), e exercem funções repetitivas onde o conhecimento técnico não é necessário. São esses funcionários que são treinados pelo RT para exercerem as suas funções e a aprender as boas práticas de fabricação da empresa e executá-las durante a sua rotina.

As boas práticas são ferramentas necessárias para garantir a qualidade dos alimentos e sua segurança e evitar possíveis contaminações cruzadas, sendo importantes ferramentas para garantir a identidade e qualidade dos alimentos (MACHADO *et al*; 2015)

A pesquisa foi realizada com o uso da ferramenta da pesquisa “google”, procurando palavras chaves de cursos em RT para frigoríficos, como um veterinário motivado a esse tipo de aprendizado buscaria.

Segundo Vieira (2017) em eventos de capacitação, a modalidade Curso, é adequado quando se deseja que ocorra o conhecimento de uma nova atividade de forma completa; onde o conhecimento sobre o tema é pouco ou a experiência no assunto é inexistente, sendo, portanto, uma modalidade do tipo formativa. Essa modalidade de evento pode incluir aulas teóricas interativas, aulas práticas de campo, oficinas para debates, visitas técnicas etc. No caso das instituições selecionadas, elas classificam o evento de capacitação como Curso.

Fonseca e Neto (2017) destacam que a modalidade EAD é uma alternativa eficiente em capacitação e qualificação de adultos, porém necessita que se tenha um investimento de infraestrutura tecnológica e de apoio ao aluno muito maior do que na modalidade presencial.

As instituições, domínios e respectivos cursos, estão relacionados na tabela 1. A pesquisa foi na barra de buscas como um profissional ao procurar a educação continuada o faria. Digitou-se na barra de busca o assunto “Curso para RT para frigoríficos”. A palavra frigorífico foi inserida para direcionar a buscas por cursos de RT voltados para médicos veterinários que atuem em fábricas e frigoríficos, pois a mesma legislação que é aplicada a esses estabelecimentos é a mesma, com apenas pequenas alterações na fiscalização, sendo, portanto, o que irá nortear a busca por cursos para atender as normas de inspeção.

Muitas vezes o que motiva o Veterinário a buscar esses cursos, não é somente para atender adequadamente e ter um bom resultado, mas também a necessidade de aprender tudo a respeito, pois por ocasião da visita de inspeção do Fiscal ao selo que o estabelecimento escolheu, o Responsável Técnico, responde legalmente aos órgãos oficiais e será cobrado por toda a linha de produção aonde está inserido, inclusive ainda, pelo treinamento que oferece a seus funcionários. As visitas podem gerar multas e restrições, para empresa, caso o Fiscal verifique falhas graves, muitas vezes altas, podendo inclusive ter a linha de produção interrompida enquanto a solução do problema não é sanada de acordo com o que é determinado pelo Fiscal. O Veterinário sofre então dupla pressão: pressão pelo órgão fiscalizador e pelo proprietário do estabelecimento, que o irá questionar o motivo das multas, e, portanto, ter conhecimento sobre o funcionamento do estabelecimento e seu papel é importante para o bom desempenho desse profissional.

Os acessos foram feitos nos dias 03/05, 04/05 e 05/05 de 2022. Foram escolhidos cursos e Instituições que atendiam de alguma forma o perfil de um RT para estabelecimentos de origem animal. A pesquisa levou ao aparecimento de vários cursos, e foram selecionadas as instituições que no domínio ainda constavam informações sobre o curso para avaliação, pois algumas, apesar da busca conduzir para o site, o link já havia expirado e por consequência as informações.

Durante a análise do domínio, foram analisados como um Capacitador que tivesse alguma formação e conhecimento em análises de ensino e pedagógicas analisasse os cursos de educação continuada, isto é, se um futuro organizador fosse alguém que tivesse conhecimento veterinário técnico na área e conhecimento de metodologias de ensino, ou ainda um professor que estivesse em sociedade com um veterinário para a organização de um curso desse tipo. Foi pensado dessa forma, pois um veterinário que realiza o treinamento naquele momento está exercendo o papel de um professor, e, portanto, os cursos e instituições foram analisados também no mesmo critério de formação de docentes. Dessa forma, os critérios utilizados foram : a adequação do conteúdo programático apresentado ao público, isto é, se ele era interessante para adesão de participantes, a utilização das TDCIS, isto é, quais as tecnologias utilizadas, as formas de apresentação das aulas, se elas eram síncronas ou assíncronas, as formas de divulgação do evento e se era necessário um investimento financeiro para acessar o conteúdo do curso.

Segundo Vieira (2017), a capacitação deve estimular o profissional a através das informações recebidas, refletir sobre a sua prática e sua rotina e tentar assim aplicar o conhecimento adquirido. Dessa forma, segundo esse autor, o profissional que busca esses cursos ou eventos de capacitação, tem por objetivo aumentar a analisar e avaliar sua rotina e melhorar a sua prática na resolução adequada dos problemas e das variáveis condicionantes em seu ambiente de trabalho, para que futuras tomadas de decisão sejam feitas eficientemente.

Durante essa análise para o caso daqueles que eram ofertados na modalidade EAD foram analisados as TiDCS utilizadas (MOREIRA *et al*, 2020). Os cursos na modalidade presencial foram inseridos pois as transmissões das aulas presenciais podem ser disponibilizadas por meio de links de acesso durante a sua realização. A opção pelo curso EAD foi pela flexibilidade de horários e dos estudos, mas também porque a pandemia da Covid-19 forçou muitas instituições a disponibilizarem seus cursos outrora presenciais, a serem realizados na modalidade EAD.

O envolvimento do aluno não ocorre de forma automática. Não bastam apenas apresentar conteúdos, problemas e objetos de conhecimentos, utilizando-se das TiDCs, pois somente a modalidade EAD não garante que

serão utilizadas as metodologias ativas de aprendizagem e nem que o aluno terá autonomia no aprendizado. É preciso que o aluno se envolva no processo, e que através dessa modalidade, ele possa organizar seus estudos e suas atividades, independente de horários e locais em que ele esteja (FONSECA; NETO; 2017).

Em se tratando de Educação digital, ela é compreendida como por processo de ensino-aprendizagem que estão relacionadas entre diferentes tecnologias digitais, que podem ou não estar interligadas em redes de comunicação. Dessa forma, as novas salas de aula são conectadas a rede e instrumentos de compartilhamento e a hierarquia professor / estudante e toda esse sistema organizacional tornou-se um novo complexo a ser estudado. (MOREIRA *et al*, 2020). Na tabela 1 são descritas as instituições organizadoras, duração do curso, modalidade e respectivos domínios de internet.

Tabela 1- Lista de Órgãos e entidades organizadores de cursos para RT de frigoríficos

ORGÃOS/ENTIDADES RESPONSÁVEIS POR TREINAMENTOS EM RTS	DURAÇÃO DO CURSO	DO MODALIDADE
CRMV-MT	8 HORAS	ON-LINE
CRMV-SP	14 DIAS	ON LINE
CRMV- ES	4 HORAS	ONLINE
ATUALLYS	3 MESES	ON LINE
QUALITTAS (noções básicas de RT para Veterinários e zootecnistas)	30 DIAS (duração de 5 horas)	ONLINE

Fonte: própria

Os cursos disponibilizados por esses órgãos ou entidades, apresentavam conteúdo programático, disponível para se consultar nos sites, e descritos tais quais estavam nos folders e estão descritos na Tabela 2. Segue-se na tabela 2, o conteúdo programático abordado por cada órgão/ entidade que eram disponibilizados para divulgar o evento. Este critério foi utilizado para verificar se o treinamento de fato abordava as questões principais das necessidades dos responsáveis técnicos, ou ainda se havia algum conteúdo que tratasse sobre o tema capacitação de funcionários, ou mesmo gestão de pessoas.

Tabela 2- Lista de conteúdo programáticos abordados pelo organizador do curso conforme o disponibilizado em site.

ENTIDADE /ORGÃO	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
CRMV-MT- Seminário de Responsabilidade Técnica em Medicina Veterinária- Módulo Básico.	<ul style="list-style-type: none"> • Lei nº 5.517/1968- dispõe sobre o exercício da profissão do médico veterinário e cria os CRMVS • Resolução CFMV nº591/1991- Institui o Regimento Interno Padrão dos Crimes • Resolução CFMV nº 1138/2016- Código de ética profissional do médico veterinário. • Resolução CFMV nº 1041/2013- dispõe sobre a inscrição, registro, cancelamento e movimentação de pessoas físicas e jurídicas. • Resolução CFMV nº 682/2001- fixa valores de multas e dá outras providências. • Manual do Responsável Técnico
CRMV-SP	<ul style="list-style-type: none"> • Ciclo de Palestras sobre a função do Médico Veterinário e Zootecnistas em diferentes estabelecimentos comerciais e nas distintas áreas de atuação.
CRMV- ES	<ul style="list-style-type: none"> • Noções básicas de Responsabilidade técnica • Responsabilidade técnica na Industria do Pescado • Atuação do Médico veterinário Responsável Técnico no abatedouro frigorífico • Responsabilidade Técnica do Médico Veterinário em Supermercados.

Atuallys

- Introdução a Inspeção e Fiscalização aliados a ações do RT e de controle de qualidade
- Microbiologia básica aplicada a produção de carnes e derivados
- Princípios de higienização e sanitização de superfícies, instalações e equipamentos industriais, procedimentos para registro de estabelecimento
- Fluxograma de abate e processamento de bovinos, suínos, aves e pescado (3 módulos)
- Programas de autocontrole e abate humanitário
- Noções de Rastreabilidade e tipificação de carcaças.

Qualittas (Noções Básicas de RT Para Veterinários e Zootecnistas)

- Responsabilidades e as consequências
- Específico Área de Comércio- casas agropecuárias e pet shops
- Drogarias Veterinárias e estabelecimentos que comercializam, distribuem produtos veterinários (rações, sais minerais e animais)
- Específico área de Comércio – Legislação Federal, Estadual, Municipal, Normas, Decretos e Resoluções;
- Específico área de Comércio- Estabelecimentos Atacadistas e Varejistas de Alimentos de Origem Animal;
- Específico área de Comércio – Legislação Federal, Estadual, Municipal, Normas, Decretos e Resoluções;
- Especifico área da Indústria- Estabelecimento de Carne e

Derivados, Leite e Derivados, Ovos e derivados;

- Específico área da Indústria e Legislação Federal, Estadual, Municipal, Normas, Decretos e Resoluções;

Fonte: domínios de internet de CRMV-SP(2022), CRMV-MT(2022), CRMV-ES(2022), Qualittas, (2022)Atuallys(2022)

Durante a seleção de instituições e análises foi seguido o seguinte roteiro de perguntas para a análise dos cursos selecionados:

- a) quais são os conteúdos apresentados?;
- b) os conteúdos apresentados seriam uteis na rotina de uma fábrica e poderiam ser utilizados na rotina?;
- c) dentre o conteúdo apresentado, há algum tema que aborde treinamento de funcionários, perfil de funcionário, ou ainda alguma dinâmica de treinamento em funcionários?;
- d) há algum tema sobre saber docente?;
- e) há algum tema sobre didática?;
- f) há algum tema sobre psicologia da educação e sua importância?;
- g) há algum conteúdo sobre gestão de conflitos, gestão de pessoas?.

As instituições selecionadas apresentavam diferentes formas de realização para o evento. A tabela 3 foi elaborada seguindo o seguinte roteiro de perguntas:

- a) o curso é presencial ou EAD?;
- b) sendo o curso presencial, ele é transmitido ao vivo por meio de plataformas de comunicação?;
- c) há canal no youtube dessas instituições? Se sim, as aulas ficam disponibilizadas?;
- d) qual a plataforma utilizada para a transmissão das aulas?;
- e) há alguma avaliação de aprendizado?;
- f) são disponibilizados certificados somente após a avaliação?;

g) qual a forma de obtenção desses certificados?;

Segue o formato, duração, formas de avaliação disponíveis por essas instituições. A tabela 3 foi elaborada com as informações disponibilizadas nos respectivos domínios.

Tabela 3- Uso de TICS e formas de avaliação utilizadas pelos organizadores dos cursos.

órgão	canal no Youtube	aulas gravadas	Formato das aulas	plataforma	avaliação	certificação
CRMV-MT	não	não	síncronas	zoom	não	Não informado
CRMV_SP	sim	sim	síncronas	zoom	não	Não informado
Quallitas	Sim	sim	síncronas	Própria	Não	Sim (com custo)
CRMV_ES	não	não	síncronas	simples streaming	não	Não informado
Atuallys	sim	não	assíncronas	própria	não	sim

Fonte: própria

Uma vez que o evento é organizado ele deve ser divulgado para que um maior número de participantes que atendam a esse perfil esteja presente. Definido o objetivo do evento, ele deve ser transcrito corretamente, pois o material de divulgação utilizado será uma importante ferramenta para divulgá-lo e isso pode ser feito por meio de cartazes, convites, cartas circulares, folders, anúncio em jornal, etc. O material deve ser claro para que o participante verifique se o evento se ajusta ou não a suas necessidades de atualização técnica e se ele é ou não de seu interesse (VIEIRA, 2017).

A tabela 4 foi elaborada para a análise da divulgação do evento, materiais e mídias utilizadas para esse fim. O roteiro de perguntas para a sua confecção foi:

- a) a instituição possui rede social?;
- b) o curso é divulgado na rede social?;
- c) como a divulgação do curso é feita?;
- d) há folder disponível para o evento?;

- f) há material pedagógico foi: para sua utilização durante o curso?;
- g) é necessário investimento para a participação no evento?;

Abaixo segue as informações obtidas nesse roteiro de perguntas, na tabela 4.

Tabela 4- Materiais e mídias utilizadas para divulgação do evento

órgão	Rede Social	Divulgação do curso	Folder	Material pedagógico de apoio	investimento
CRMV-MT	Instagram	Site de internet e redes sociais	e não	Não informado	gratuito
CRMV_SP	Facebook e Instagram	Site de internet e folder em redes sociais	e sim	Não informado	gratuito
Quallitas	Facebook e Instagram	Site de internet	não	Não informado	R\$ 350,00
CRMV_ES	Instagram	Site de internet	não	Não informado	gratuito
atuallys	facebook e instagram	Site de internet	não	Sim para cada tópico abordado	899,00

Fonte: própria

5-RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segue os resultados obtidos após análise das informações coletadas.

5.1- PERÍODO DE TREINAMENTO

Segundo Vieira (2017), o período de treinamento deve ser curto para produtores para que estes não percam sua concentração, atenção e capacidade de analisar os temas abordados. Em paralelo, o período de duração do curso para veterinários deve ser curto, mesmo para as modalidades online, uma vez que podem haver dispersão e cansaço.

Em se tratando de cursos, como esses analisados, quando se trata de um tema longo e complexo, é necessário que o evento seja sequenciado cronologicamente e modulado, para que não ocorra o cansaço(VIEIRA;2017).

A primeira análise que foi realizada é quanto é o período de treinamento do curso. A duração dos cursos realizados pelo CRMV-MT, CRMV-SP, Qualittas e CRMV-ES apresentam duração de 5 a 8 horas. Para o caso da Instituição Qualittas é informado no site que o curso é de 30 dias com duração de 5 horas, o que pode ser o tempo de duração das aulas disponibilizadas no site. A informação não é clara. Não é informado nesses respectivos sites como serão distribuídos em termos de horas o conteúdo programático apresentado. No caso do atuallys, o curso apresenta a maior duração de 3 meses. Ainda que necessitem de atualização rápida e facilmente disponível, e que a intenção de se aprimorar o profissional exista, ainda assim horas não são suficientes para capacitar o profissional a realidade que se vive.

No Brasil, existiram muitas campanhas de alfabetização em tempo rápido, pois o índice de analfabetismo era muito altíssimo, e durante o regime militar muitas delas foram estimuladas. (ARRUDA, 2018). Essas campanhas deixaram profundas marcas, e até hoje, muitos acreditando que para o Jovem trabalhador o aprendizado em curto período de tempo deve ser priorizado. Segundo Arruda (2018) Paiva (2014) pontua que a imprensa foi importante para a divulgação dos objetivos do Mobral e contribuiu para “doutrinar” a população. A doutrina foi bem efetiva, pois carrega marcas na formação de docentes e capacitadores que podem ser vistas nos dias atuais. Assim como no tempo essa campanha, ainda hoje os cursos (mesmo na modalidade presencial), buscam capacitações curtas, a baixa qualidade, pois o Jovem e Adulto necessita de um certificado rápido, para voltar rapidamente ao mercado de trabalho. Esse estigma parece estar presente na modalidade EAD: que ela tem de ser rápida e oferecer o certificado ao profissional ao mais rápido possível. O tempo realmente pode ser curto para essas capacitações, porém é preciso que o organizador pondere se o tempo destinado para o curso é o ideal para aquele conteúdo programático.

O organizador pelo evento deve conhecer cada uma das modalidades existentes que possuem características distintas de formato de organização, comunicação e métodos pedagógicos. Dessa forma, é possível adequar a sua duração de acordo com os objetivos que se deseja alcançar, e de acordo com a capacitação a ser desenvolvida. (VIEIRA, 2017).

5.2- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO E TDICS

A seguir, foi realizado uma análise quanto ao conteúdo programático ofertado, principal chamariz para um profissional ao buscar o Curso. Afinal, a busca é para obter informações que ele não teve na faculdade ou em sua especialização.

Sainz e Nascimento (2017) destacam que com a evolução da tecnologia, a educação, apresentou mudanças no processo ensino aprendizagem ao adotar as Tecnologias de Informação e Comunicação, onde em Ambientes virtuais de aprendizagem é possível formar conhecimento e sujeitos através da educação a distância.

Vieira (2017) ressalta que não se deve inovar tecnologicamente apenas pela tecnologia em si, e dessa forma transformando os processos produtivos de forma ostensiva e em falsa modernização.

Barion (2011) a Educação a Distância ganhou força nos últimos anos ao introduzir as TICS e os Ambientes Virtuais de aprendizagem em que, ao necessitarem de metodologias específicas, maximizaram os efeitos da modalidade a distância, o que fez muitas instituições a investirem nessa nova forma de ensino. Segundo está mesma autora, além dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA), os meios de comunicação disponíveis como fóruns, chats, Skype, e-mail, e outros recursos de áudio e vídeo possibilitaram o avanço dessa educação.

Isotini *et al* (2020) definem os AVAs como ferramentas integradas onde o aprendizado online é possível através de sua utilização, onde é possível entregas, acompanhamentos, avaliação e acesso aos recursos dos alunos. Esses mesmos autores pontuam que esses ambientes são dotados, como já foi dito anteriormente, por outras ferramentas, como fóruns, chats, armazenamento de mídias, notícias, etc. que podem ser utilizadas de forma síncrona ou assíncrona.

Na primeira opção, os estudantes podem realiza-las dentro do seu próprio ritmo, sem a necessidade de estarem o tempo todo conectados na internet, e podem gerar isolamento do educando, que nem sempre busca apoio. No segundo caso, os participantes devem estar presentes online e os chats, ou

outros meios de comunicação, são realizados em tempo real, mas podem gerar constrangimentos para aqueles alunos mais tímidos(MOREIRA *et al*; 2020).

Dessa forma, os ambientes virtuais de aprendizagem se constituem um novo palco do processo ensino-aprendizagem, possibilitando a dialogicidade quanto ao acesso, partilha e consumo de informações.(CARDOSO; COELHO, 2021).

Em comum, todas as instituições organizadoras analisadas neste estudo, procuram detalhar a legislação e a responsabilidade em assumir essa função, principalmente no que se responde a instituição. Em nenhum deles verifica-se no seu conteúdo programático abordagem sobre métodos de ensino, métodos de se reproduz da Educação, perfis de funcionários de fábricas.

As estratégias utilizadas para a formação e capacitação desses profissionais devem seguir o sentido contrário de perspectiva aplicacionista, que tendem a vender os capacitadores como “expert” no assunto, mas obedecem a um modelo de treinamento em que as formações são apresentadas por meio de palestras(BEATRICI; BAU ;2021).

Ainda no conteúdo programático, analisando individualmente cada curso e por organizador, foi verificado no caso do CRMV- MT, que o Seminário de Responsabilidade Técnica em Medicina Veterinária (modulo básico), foca única e exclusivamente na legislação disponível sobre o tema. O foco parece ser em convencer o profissional das responsabilidades legais que existe quanto ao aceitar essa função, e as cobranças e obrigações que tem perante ao órgão fiscalizador que no caso é a própria instituição. O ponto positivo ao trabalhar nessa questão é que evita muitos comportamentos fora da ética profissional, ou mesmo a sujeição de profissionais em assumir essa responsabilidade a preços baixos ou ainda em troca de permuta de produtos : há sempre um relato de um colega que aceitou ser RT em troca de fornecimento de carne, troca por produtos alimentícios, ou ainda, o que é mais grave , o veterinário que recebe para somente assinar e não comparece ao local, o que permite as inúmeras falcatruas que um estabelecimento desse nível pode realizar em benefício próprio. A legislação apresentada, ainda que rica em termos do que pode ou não um RT fazer, suas funções, ou obrigações, não detalha a rotina da fábrica em termos práticos, ou ainda sobre como fazer um manual de boas práticas e ensinar aos seus funcionários, nem o perfil dos mesmos com que irá lidar no futuro. Não há

informações no site do curso de Responsável Técnico (modulo específico) para verificar se o conteúdo programático abordado nesse tópico seria mais próximo a realidade do veterinário. A carga horária disponibilizada é um agravante a mais. É disponibilizado um link para consulta da legislação que será abordada, para que seja feita uma leitura prévia, provavelmente porque é uma legislação longa e maçante, onde apenas serão abordados os temas mais relevantes ao palestrante, mas que podem não ter aplicabilidade ao profissional que atua no setor. Dos temas abordados nesse módulo básico a legislação está mais próxima do que um fiscal veterinário que atue no CRMV tenha de ter conhecimento para exercer a sua função, do que para os veterinários que atuam como Responsáveis técnicos na área de frigoríficos.

A Faculdade Qualittas, oferece curso para RTs Médicos Veterinários e Zootecnistas, mas na modalidade presencial para RTs de supermercado. Este último foi desconsiderado nesse estudo por não informar em seus folders se as aulas seriam transmitidas de forma EAD. No quesito conteúdo programático, o curso de RTs se apresenta muito bem específico a realidade a prática do profissional que opte por atuar numa fábrica de produtos de origem animal, inclusive separando por setor de atuação: Carne e derivados, leite e derivados, ovos e derivados. Faltou incluir a atuação no Mel, pouco conhecida entre os Médicos Veterinários, mas pode ser que ela esteja inclusa em algumas dessas linhas do conteúdo programático e não tenha sido especificada no folder de apresentação. Apesar da temática rica em termos práticos e a rotina do profissional que atua como Responsável Técnico, o curso perde pela carga horária: 5 horas no total. Ainda que sejam aulas que fiquem gravadas em plataforma própria, todos esses temas são extensos e não serão trabalhados adequadamente em apenas pouco tempo. Fica a cargo do profissional então, estudar os tópicos que não tenham sido abordados no curso. Não é informado se há algum sistema de apoio, ou algo para sanar as dúvidas do profissional que tenha adquirido o curso. Apenas há informações sobre as vantagens do método de ensino on-line em relação ao presencial, e que há emissão de certificados no formato digitalizado ou impresso a um preço de custo e envio.

O CRMV-ES também é outra instituição que ofereceu um curso para RTs Médicos Veterinários. Esse curso foi feito em sistema de parceria com

o CRMV- PA, e foi disponibilizado através de plataformas sympla streaming o curso teve duração de 4 horas. Além de noções básicas sobre o que é ser um RT, o curso abordou a responsabilidade técnica em cada um dos setores da Indústria: pescado, abatedouro frigorífico e supermercados. Foram ministrados por palestrantes diversos e cada uma das palestras estavam programadas para 1 hora de duração. As aulas não ficaram disponíveis para consulta em youtube embora CRMV- PA tenha um canal nesta plataforma. O CRMV- ES não possui nenhum canal.

Ainda que os temas tenham sido bem pertinentes a cada uma das áreas de atuação, faltando os temas de Leite e derivados e Mel, ovos e derivados, a carga horária para transmissão foi curta, com duração de 4 horas aula. O horário também é de difícil utilização para os profissionais: das 14 às 18 horas. Ainda que tenha sido feito na modalidade online, requer uma concentração para o profissional para esse fim, que na rotina de uma fábrica ele não tem, pois estará atendendo a outras demandas inerentes ao estabelecimento que trabalha, pois o serviço não está parado. Certamente, na sua sala, durante o curso, algum funcionário ou mesmo chefe deve adentrar e interromper a concentração para atender alguma demanda. Portanto o processo ensino-aprendizagem é deficitário ou inexistente, se o profissional não se ausentar do seu trabalho, para assistir as aulas já que elas não ficam gravadas.

O CRMV-SP também realizou um ciclo de palestras sobre o tema de Responsabilidade técnica. Foram realizadas durante 15 dias e abordaram temas diversos de acordo com a área de atuação do profissional. Pelo programa apresentado nas notícias foram trabalhadas todos as possíveis locais onde o veterinário pode atuar como RT em palestras diárias de 4 horas. As aulas foram transmitidas ao vivo por plataforma zoom, mas ficaram gravadas no canal do transmitidas desse órgão. Não foi especificado no programa de cada área, o que seria apresentado para cada dia, somente o Tópico do dia foi fornecido.

Finalmente o curso fornecido pela Instituição Atuallys foi é o de maior duração, constituindo 3 meses. As aulas são transmitidas por uma plataforma própria e somente são disponibilizadas após o pagamento da inscrição do curso. O formato são videoaulas que ficam gravadas em pdfs, e fica a cargo do aluno assistir as aulas. As dúvidas podem ser sanadas por e-mails disponibilizados pela instituição. As vídeo aulas não estão disponíveis para

serem assistidas em celulares, e não é permitido downloads do material pois são de propriedade da instituição certificadora. Há uma exigência de uma velocidade mínima de internet e de configuração de computador para as vídeo aulas serem reproduzidas. Não são permitidos acessos simultâneos e somente é permitido visualizar 3 vezes a mesma aula. Segundo o site da empresa, caso o acesso as aulas sejam acessadas por um computador compartilhado ou ainda não permitido, as aulas são suspensas e o aluno descredenciado. Não constam informações de quem seriam os palestrantes do curso nessas vídeo aulas.

No quesito conteúdo programático, os tópicos abordados são bem práticos e voltados a uma rotina de um veterinário que assuma essa Responsabilidade Técnica. O curso noções básicas do que um RT deve conhecer e cobrar numa fábrica, tanto de instalações, equipamentos, quanto procedimentos de higienização, além dos procedimentos de registros dos produtos. Além disso, o curso oferece conhecimento de fluxogramas específicos para cada área de alimentos no abate: bovinos, suínos, aves e pescados, e também trata de temas a respeito de abate humanitário, e rastreabilidade dos produtos itens cobrados tanto pela fiscalização, quanto pela sociedade num geral. A carga horária extensa nos fazem supor que os temas serão abordados de maneira mais detalhada do que as demais instituições.

Grande parte dos projetos atualmente existentes em EAD não se utiliza adequadamente da diversidade de recursos que as TIDCS permitem em seu uso. Muitos ainda focam na participação do aluno por meio da ferramenta de fóruns, mas pouco inovam na utilização dessa ferramenta, como uma forma de debate e reflexão, para tornar o curso mais atrativo. (FONSECA; NETO 2017) Nos cursos observados são poucos os que se utilizam das TIDCS em sua totalidade.

Para que o processo ensino aprendizagem se concretize mesmo na ausência da presença física do professor e do ambiente da sala de aula, deve-se utilizar todos os meios necessários para comunicação, metodologias e didáticos (AMARILLA FILHO,2011).

Souza (2014) ressalta que o uso das TICs transformou o conceito do próprio saber, isto é, necessária uma formação mais contínua, como também diversificada e personalizada para cada tipo de perfil de aluno.

Moreira *et al*, (2020) relatam que os modelos de aprendizado virtuais podem ser classificados de três formas: modelos mais centrados no professor, modelos mais centrados na tecnologia e modelos mais centrados no estudante. No primeiro modelo, a transmissão de conhecimentos é mais centrada na figura do professor, e a tecnologia assume um papel de apenas de transmissão de informações, sendo então uma transição do que é observado da forma presencial. O segundo modelo, o foco é o aluno onde o professor transmite o conhecimento e o estudante o principal utilizador, sendo então a tecnologia uma transmissão de informações e por fim, o terceiro modelo tem como foco a autonomia do estudante em seu aprendizado.

No caso deste estudo, a maioria das instituições se utiliza do primeiro modelo, somente a instituição Atuallys se utiliza do terceiro modelo relatado por esses autores.

Amarilla Filho (2011) destaca que é preciso compreender a capacidade de gestão, criação e compreensão presentes nessa modalidade. Dessa forma, o professor não é somente um mediador no processo de aprendizado, mas também é um animador e criador de possíveis aprendizagens. O aluno, por sua vez, não recebe o conhecimento pronto, mas deve construí-lo de forma autônoma, o que se constitui um desafio a mais em sua disciplina e determinação pessoal.

O aprendizado na modalidade EAD necessita de um professor participativo e a presença de um tutor, pois muitos estudantes se sentem desmotivados quando se deparam com dificuldades relacionadas ao processo ensino aprendizagem. (ARIEIRA *et al*, 2009).

“Neste contexto os recursos educacionais digitais devem ser compreendidos como quaisquer recursos digitais que possam ser utilizados em cenários educativos, contemplando diversas terminologias comumente já definidas nas últimas duas décadas nesta área como, por exemplo, objetos de aprendizagem, recursos educacionais abertos (REA), objetos educacionais reutilizáveis, entre outras. Para além disso, estes recursos podem ter diferentes formatos (textos, imagens, vídeos, áudios, páginas web), atender a diferentes públicos (desde o Ensino Pré-Escolar ao Ensino Superior), ter diferentes tamanhos ou granularidades (lições, aulas completas, capítulos, livros), ser de diversos tipos (animações, simulações, tutoriais, jogos), funcionar em diferentes plataformas (computadores pessoais, tele móveis), possuir diferentes licenças e condições de uso (gratuitos, pagos, abertos) e também abordar diferentes temáticas ou disciplinas “(MOREIRA *et al*, 2020, p. 32)

Moreira *et al* (2020) destacam que frente a essa nova realidade as tecnologias digitais disponíveis já desenvolveram produtos próprios para as

escolas e professores. Esses autores citam que o Youtube disponibiliza a plataforma *Youtubeteachers* em que fornece auxílio para que esses profissionais possam se utilizar pedagogicamente de seus vídeos.

O professor deve considerar e avaliar com cuidado que deve ser considerado e refletir sobre a melhor utilização do AVA pois esses são passos essenciais para que o processo ensino aprendizagem a distância se concretize. Antes de apresentar o conteúdo ao aluno, deve-se observar qual o domínio que o público que receberá o ensino tem da tecnologia/sistema que será utilizada para mediar a aprendizagem, e além disso, ter conhecimentos de como acontece o aprendizado na ausência da presença física do professor. (OURIQUE NASCIMENTO; SAINZ, 2017)

5.3- FORMAS DE AVALIAÇÃO DO APRENDIZADO

Nenhuma das instituições e seus respectivos cursos, fazem uma avaliação do aprendizado e do próprio curso e se o fazem de alguma forma, não é disponibilizado para consulta.

A avaliação na modalidade EAD é possível em ambientes virtuais de aprendizagens e são importantes pois determinam o quanto o aluno progrediu após o curso. Nesses ambientes, a avaliação pode ser feita por testes online, produções individuais de estudantes enviadas dentro da plataforma e também por meio de análises das interações realizadas nos meios de comunicação. (SILVA; GOMES, 2020)

O processo de avaliação é um instrumento indispensável em qualquer sistema escolar. A avaliação é um tema ainda muito discutido, pois ainda se carrega a avaliação do tipo classificatória, em que os alunos são classificados e comparados por normas de excelência, de acordo com o número de respostas corretas. Esse tipo de avaliação é muito questionado, uma vez que é excludente, do tipo julgadora e classificatória. O ideal, em qualquer sistema escolar é a avaliação do tipo formativa, em que o processo de ensino aprendizagem é considerado como um conjunto e de forma continuada e não apenas nas respostas corretas, pois, é através dessa avaliação que se pode verificar as dificuldades, verificar os erros e planejar mudanças, para que os objetivos sejam atingidos e as dificuldades superadas. (BARBOSA; CARVALHO

2022). Outra forma de avaliação disponível é o sistema de auto avaliação em que o aluno pode avaliar o curso e seu conteúdo programático. Este tipo de avaliação permite que o organizador tenha um diagnóstico do curso realizado e serve como apoio para futuras tomadas de decisões das instituições organizadoras para efetuar melhorias ou alterações em processos educacionais. Este tipo de avaliação pode ser realizada através de elaboração de questionários a serem preenchidos ao final de cada módulo ou ao final do curso, porém dependem muito do participante, e este caso não percebe a necessidade e a importância do processo, pode optar por não responder e não se ter um número suficiente para gerar uma análise adequada.

Moraes (2014) destaca que o processo de avaliação sempre esteve ligado ao desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, e é através desse processo que se possibilita ver os progressos dos alunos e verificar se eventuais falhas em práticas pedagógicas. Segundo essa mesma autora, a modalidade EAD apresenta características específicas e deve ter instrumentos adequados com que é proposto em seu projeto educacional.

Silva e Gomes (2020) ressaltam que ainda é um desafio avaliar o aluno na modalidade EAD. A modalidade é nova, e muitos docentes ainda aplicam as mesmas avaliações que se utilizavam em modalidades presenciais. Para esses autores, a melhor forma de avaliar os alunos através dessa modalidade é utilizar a Avaliação Formativa cumulativa, no qual há uma verificação contínua do educando para verificar o nível do aprendizado.

A avaliação em EAD não é importante somente para a verificação do aprendizado dos alunos, mas também para avaliar se os instrumentos utilizados pela instituição e os próprios AVAS são adequados para o ensino dos alunos. (MORAES;2014). Verificando falhas é possível então aprimorar a tecnologia, o ambiente de aprendizado, e dar suporte aos docentes para se adequar a essa modalidade.

“Muitos eventos de capacitação não alcançam os resultados esperados devido à ocorrência de falhas pontuais ou recorrentes, tais como:

- Evento de capacitação “solto”, não identificado entre as necessidades dos produtores e não inserido em um plano de trabalho com a comunidade onde ele se realiza; como consequência, não se promove atividades concretas na fase pós-evento e muito do que foi discutido ou proposto se perde no esquecimento.

- Modalidade de evento não condizente com os objetivos estabelecidos para a capacitação, gerando desinteresse, desconforto, insatisfação ou dúvidas
- Falhas ou problemas de comunicação na fase de preparação ou durante a execução do evento.
- Métodos pedagógicos inadequados, que não protagonizam a participação dos produtores, a análise, avaliação e interpretação de seus conhecimentos e experiências. » Falta de coerência ou falta de compatibilidade entre os objetivos propostos para a capacitação e o perfil do público participante. "(VIEIRA,2017 p. 8-9)

Entretanto, não é possível fazer essa mensuração para este estudo, visto que nenhuma instituição não informa qual o meio de avaliação do curso e ou do participante, e se o fazem, não consta nos domínios pesquisados.

5.4- DIVULGAÇÃO DOS TREINAMENTOS

A capacitação deve ser divulgada após o organizador ter definido o tema e seus objetivos. Isso facilita que o interessado em participar tenha interesse e verifique se o que está sendo oferecido no treinamento é de seu interesse ou não. Quando o sujeito se identifica com a proposta do curso e comparece é porque ocorreu uma identificação positiva com o evento, e, portanto, seu aproveitamento com as informações recebidas aumenta consideravelmente (VIEIRA;2017).

Em se tratando de divulgação dos respectivos treinamentos, a maioria das instituições somente os divulga em seus websites, ou no caso daquelas que possuem páginas de internet em suas respectivas páginas, com o uso de folders por ocasião do evento. Os CRMVS- SP, CRMV-ES, CRMV- MT utilizaram das redes sociais Instagram para divulgar o evento, por meio de stories ou mesmo por ocasião do curso. O CRMV-SP, divulgou também no Facebook (pois ele possuía essa rede social), por ocasião do evento. O CRMV- MT divulgou também no seu site com um folder e o mesmo fez o CRMV-SP por ocasião do curso. O CRMV- ES realizou o seu curso em parceria como CRMV-PA e disponibilizava em seu site explicações sobre o evento, divulgando-o no site.

As instituições Qualittas e Atuallys disponibilizam o evento em consulta no site próprio. Não há divulgação nas redes sociais dos cursos, mesmo sendo estes sendo com custo. A empresa Atuallys faz também divulgação em Associações específicas para esse público como a AFRIG O motivo pode ser a

baixa procura dos mesmos, e, portanto, seus links somente seriam acessados quando numa pesquisa google, por interesse do usuário. A faculdade Qualittas divulga seus cursos no site, num rol de opção entre vários outros no setor de Veterinária, mesmo comportamento da Atuallys, assumindo que o comprador dos seus cursos poderia então estar entrando em seu site e pesquisando como se estivesse em uma loja.

O uso das redes sociais por essas instituições deve-se ao baixo custo da propaganda e pela rápida divulgação e visibilidade do evento. Com o surgimento da internet e das redes sociais, como Instagram, Orkut, Facebook, Youtube, Whatsapp, LinkedIn, Twitter, entre outras, as pessoas passaram a ter mais acesso à informação, e a escolher com mais facilidade, mas também a comunicar de uma maneira mais divertida e com maior número de pessoas interconectadas em sua rede. Utilizadas adequadamente por empresas, é possível se utilizar dessa interconexão entre pessoas e o compartilhamento para obter uma grande divulgação do seu evento a baixo custo. (ROCHA *et al*,2016)

A baixa divulgação do evento também pode ser porque os organizadores não conhecem exatamente o número de profissionais atuantes que teriam interesse no mesmo, principalmente nas instituições Qualittas e Atuallys.No caso dos Crmv's que disponibilizaram esse curso, a divulgação foi feita para os seus associados por meio de redes sociais e no próprio site da instituição.

5.5- INVESTIMENTO

O Investimento é necessário em 2 das instituições analisadas: Atuallys e Qualittas. O investimento é necessário pois são instituições que fazem uso de Ambientes Virtuais de aprendizado próprios, que demandam gastos com infraestrutura de rede, equipamentos, técnicos de suporte, técnicos de elaboração de manuais, etc. e que por serem custosos, a instituição as obtém o retorno com lucro por meio de pagamentos desses eventos.

6.CONCLUSÕES

O número de CRMVs que tiveram a iniciativa de oferecer um curso de capacitação rápida, nos diz que há uma necessidade de treinamento para esses profissionais que atuam nessa função, pois há um descompasso do que é fornecido pelas universidades de veterinária com o que é cobrado do profissional no mercado de trabalho. A função de RT é uma das mais exercidas pelos profissionais que iniciam a sua carreira, porém ainda há um desconhecimento por parte dos veterinários que atuam neste setor em como exercê-la.

Os órgãos de classe listados nesse estudo notaram as dificuldades do seu público e ofereceram cursos de capacitação rápida para que os veterinários possam ser RTs de acordo com as normas éticas e legais, entretanto, o evento é rápido, de curta duração, com foco apenas em divulgar o papel do Conselho em caso de inspeção que somente ocorre quando há fiscalização por ocasião do início da anotação de Responsabilidade Técnica, renovação da mesma ou ainda por denúncia de irregularidades. No conteúdo programático abordado por essas instituições, não deixa claro se há abordagem de temas que na rotina de um responsável técnico seriam mais utilizados em sua prática, tais como: treinamento de funcionários, elaboração de planos de controle, entender melhor fluxograma e rotulagem, etc.

No estudo realizado pode-se verificar que há poucas instituições e poucos cursos de capacitação disponíveis para a função de Responsável Técnico.

Apesar da preocupação, as entidades de Classe parecem retornar ao estigma de que a capacitação de adultos deve ser rápida, pois estes têm pressa em aplicar os conhecimentos adquiridos. De novo parecem repetir o estigma do MOBREAL e de outras iniciativas educacionais, de que Educação de Adultos deve ser ágil e fornece o certificado em curto tempo, pois há pressa no mesmo.

Ainda que seja uma verdade, isso não deve refletir na perda de qualidade do conhecimento que é fornecido aos alunos. Cursos rápidos como os oferecidos por essas instituições, ainda que com palestrantes de renome, pecam por não conseguir abordar no todo o assunto. O tema é extenso, as dúvidas grandes, e o tempo escasso. Talvez um curso, mesmo que na modalidade EAD, com maior duração de tempo, e com assuntos abordados voltados para área

tenha mais efetividade. Outro aspecto que poderia ser trabalhado, seria na disciplina de Extensão Rural ou mesmo em Disciplinas de Tecnologia de Carnes, Pescados e Leite, onde o tema Responsabilidade Técnica poderia ser melhor abordado na ementa dessas disciplinas, e caso isso fosse possível, a necessidade de um curso voltado especificamente para essa função talvez não fosse mais necessário.

Além disso, algumas instituições optam por escolher os seus palestrantes de acordo com os títulos que eles têm. Muitas vezes este não tem a experiência da rotina prática, e suas palestras se apresentam muito teóricas e pouco a acrescentar com o dia a dia da fábrica. Titulações são importantes porém, mas a experiência prática não deve ser deixada de lado. As instituições organizadoras deste estudo divulgam os títulos dos profissionais, mas não divulgam sua prática a respeito do tema abordado, o que talvez não supra as dúvidas apresentadas pelos Responsáveis técnicos.

Nenhum dos cursos oferece a disciplina de Didática, noções sobre processo ensino-aprendizagem, perfil dos funcionários que irão ser contratados pela empresa, formas de treinamento para esses funcionários, meios de avaliar se o conteúdo fornecido foi compreendido por aqueles que receberam o seu treinamento. Os cursos são realizados de acordo com a demanda apresentada ao mercado e muito embasado ainda na legislação técnica disponível. Ao Responsável técnico é muito cobrado o quanto esses funcionários devem aprender, mas ele mesmo recebeu um treinamento precário, e oferece pouco a aqueles que deve repassar os conhecimentos técnicos. Além disso, como reconhecer nos seus funcionários como educandos, se o próprio veterinário que atue como RT não se reconhece como tal? Como se reconhecer docente se nunca lhe foi trabalhado esse conceito? Seria um diferencial trabalhar conceitos de dinâmica, didática, uma breve introdução da psicologia educacional para o profissional entender o motivo dessas estratégias, e talvez, quem sabe, conferir um olhar mais humano a este profissional, aos funcionários que recebem esses treinamentos. Muitos veterinários ainda nos seus treinamentos reproduzem da mesma forma que receberam a sua educação, o que nem sempre é eficaz .

A opção pela modalidade EAD pela maioria das instituições analisadas, pode ser pelo objetivo de ter o maior número de alunos participantes, facilitar o acesso à informação, ou mesmo ainda o baixo custo em organizar um

curso nessa modalidade. Entretanto, o fato de não muitas não terem o canal de transmitidas, não disponibilizarem suas aulas ou ainda gravarem as suas aulas, ainda acaba por trazer problemas ao profissional que não pode comparecer ou se dedicar a esse tempo para aprender. Muitas oferecem o seu treinamento durante o horário de trabalho das fábricas, mas um RT que esteja presente diariamente numa fábrica terá dificuldades para estar focado no curso, a não ser que se ausente do serviço, o que nem sempre é possível.

As mesmas instituições que cobram os veterinários presença em suas fábricas durante suas fiscalizações, ao organizar os seus cursos parecem se valer da legislação que permite que o veterinário compareça somente em alguns dias da semana, cumprindo sua carga horária semanal.

É necessário melhorar os cursos de capacitação oferecidos a esses profissionais, que possuem tantas responsabilidades. O treinamento deve ser pode ser curto, porém não deve ser classificado como curso se apenas oferece algumas horas de palestra.

A disponibilização de capacitações voltadas para a função de responsável técnico, como as verificadas neste estudo, nos mostra que há uma parcela de profissionais que sente necessidade em ter essa formação continuada para o exercício dessa função, uma vez que sua rotina prática não foram abordadas durante a graduação, e que seriam melhores aproveitadas se incluíssem temas como treinamento e gerenciamento de pessoas, pois em sua rotina são pontos importantes que se bem trabalhados pelos RTs em seus treinamentos, terão funcionários mais motivados e colaborativos as demandas do trabalho que exercem.

REFERÊNCIAS

ABREU TOMÉ, A. C. Trabalho e/ou educação: história da educação profissional no Brasil. #Tear: **Revista de Educação, Ciência e Tecnologia**, Canoas, v. 1, n. 2, 2012. DOI: 10.35819/tear. v1.n2.a1740. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/tear/article/view/1740> . Acesso em: 8 jul. 2022.

ALMEIDA, Hélio Manguiera- **A didática no ensino superior; práticas e desafios** Disponível em : https://portal.estacio.br/docs%5Crevista_estacao_cientifica/07-14.pdf acessado em 18/05/2022

ALVES, L. **Educação a Distância: Conceitos e história no Brasil e no mundo**. RABBD Associação Brasileira de Educação a Distância, v10. 2011, p. 83-92. Disponível em: <http://seer.abed.net.br/index.php/RBAAD/article/view/235> Acesso em 18 de maio de 2022.

AMARAL, Vera Lúcia do. **Psicologia da educação** / Vera Lúcia do Amaral. - Natal, RN: EDUFRN, 2007. 208 p.: il. Disponível em: https://www.academia.edu/32062075/Vera_L%C3%BAcia_do_Amaral Acesso em 05 de maio de 2022.

AMARILLA FILHO, Porfírio **Educação a distância: uma abordagem metodológica e didática a partir dos ambientes virtuais**. Educação em Revista [online]. 2011, v. 27, n. 2 [Acessado 2 julho 2022], pp. 41-72. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-46982011000200004>>. Pub. 29 nov. 2011. ISSN 1982-6621. <https://doi.org/10.1590/S0102-46982011000200004>.

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. **Psicologia escolar e educacional: história, compromissos e perspectivas**. Cad. psicopedag., São Paulo, v. 6, n. 11, 2007. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-10492007000100008&lng=pt&nrm=iso acessos em 03 maio 2022

APOSTOLICO, Maíra Rosa e EGRY, Emiko Yoshikawa **Uso da internet na coleta de dados primários na pesquisa em Enfermagem**. Revista Brasileira de Enfermagem [online]. 2013, v. 66, n. 6 [Acessado 5 julho 2022], pp. 949-955. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-71672013000600021>>. Epub 29 Jan 2014. ISSN 1984-0446. <https://doi.org/10.1590/S0034-71672013000600021>.

ARRUDA, Angela Cristina de Souza- **O mobral e a educação de jovens e adultos: uma representação ideológica da ditadura militar**- Trabalho de Conclusão de Curso- Universidade Federal da Bahia-2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/28607> Acesso em 30 jan. 2021.

ARRUDA, Eucídio Pimenta e ARRUDA, Durcelina Ereni Pimenta **Educação à distância no Brasil: políticas públicas e democratização do acesso ao ensino superior**. Educação em Revista [online]. 2015, v. 31, n. 3 [Acessado 17 junho 2022], pp. 321-338. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-4698117010>>. Epub Jul-Sep. 2015. ISSN 1982-6621. <https://doi.org/10.1590/0102-4698117010>.

ATUALLYYS (2022)- Grupo Educacional Atuallys e Galvão- **Curso de Capacitação de RT em frigorífico**- Disponível em : <https://atuallys.com.br/curso/curso-de-responsabilidade-tecnica-em-frigorifico-ou-abatedouro-ao-vivo-online-> Acesso em 05 de maio de 2022.

BARBOSA, A. do C.; CARVALHO, A. dos S. M. de. **Learning assessment in the school context: Brief analysis (historical context, objectives and challenges)**. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 11, n. 6, p. e19211629125, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i6.29125. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/29125>. Acesso em: 2 jul. 2022.

BARION, Eliana Cristina Nogueira- **Tecnologias de informação e comunicação e interatividade em ambientes virtuais de aprendizagem revista de educação** v.14 • n.17 • 2011 • p. 161-176- Disponível em: <https://seer.pgsskroton.com/educ/article/view/1824/1733>; Acesso em 15/05/2022.

BASTOS, Manoel de Jesus. **A Importância da Didática na Formação Docente**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 02, Ed. 01, Vol. 14. pp. 64-70 janeiro de 2017. ISSN: 2448-0959. Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/didatica-formacao-docente>, DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/educacao/didatica-formacao-docente

BEATRICI : Alexandra Ferronato ; BAU Arieli - **As metodologias de ensino, a formação de professores e o processo de aprendizagem**- EDUCERE- Disponível em : <https://portalidea.com.br/cursos/metodologia-do-ensino-apostila04.pdf> Acesso em 20/05/2022.

BERGER FILHO, R. L. **Educação profissional no Brasil: novos rumos**. Revista Ibero-americana de Educación, v. 20, p. 87-105, 1 may 1999.

BLATTMANN, Ursula; TRISTÃO, Ana Maria Delazari. **Internet como instrumento de pesquisa técnico-científica na engenharia civil Internet as technical and scientific research tool in civil engineering** p. 28-46. *Revista ACB*, [S.l.], v. 4, n. 4, p. 28-46, ago. 2005. ISSN 1414-0594. Disponível em: <<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/336/398>>. Acesso em: 18 maio 2022.

BORGES; Kamylla Pereira; PEREIRA; Lidiane de Lemos Soares; ALBUQUERQUE; Suzana Lopes de (Organização) **Diálogos sobre educação: inclusão, linguagens e tecnologias**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. 302p. ISBN 978-65-5869-055-9 [Impresso]978-65-5869-056-6 [Digital]

BRASIL, FIOCRUZ- **Edgard Roquette-Pinto- Revista de Divulgação Científica Brasileira. -(2022) Disponível em:** <http://www.fiocruz.br/brasiliansa/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=30> Acesso em 30 de abr. 2022

BRASIL, RIISPOA- Disponível em: http://abrafrigo.com.br/wp-content/uploads/2017/01/Decreto-n%C2%BA-9.013_29_03_17_NOVO-REGULAMENTO-RIISPOA.pdf. Acesso em 09/04/2019

CABRAL, Érica S. G.; MOURA NETO, L. G. de. **Food Security in the light of new educational tools in critical pedagogy.** *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 9, n. 8, p. e910986254, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i8.6254. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/6254>. Acesso em: 23 may. 2021.

CAMARGO, Poliana da Silva Almeida Santos- **Reflexões sobre afetividade, educação de jovens e adultos – eja e a teoria das representações sociais: influências no processo de ensino-aprendizagem-** X Congresso Nacional de Educação- Educere- I Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação- SIRSSE-Pontifícia Universidade Católica do Paraná-Curitiba- 2011.

CASSIOLATO, Maria Martha M. C.; GARCIA, Ronaldo Coutinho, **PRONATEC: Múltiplos arranjos e ações para ampliar o acesso à educação profissional-** Disponível em : http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2406/1/TD_1919.pdf . Acesso em 15/05/2022.

CARDOSO, T. M. L.; COELHO, M. F. P. M. S. **As TIC como ambientes virtuais abertos de aprendizagem na sociedade em rede.** *Revista UFG, Goiânia*, v. 21, n. 27, 2021. DOI: 10.5216/revufg.v21.70044. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/70044>. Acesso em: 10 jul. 2022.

CATARINO, Giselle Faur de Castro, BARBOSA-LIMA, Maria da Conceição de ALMEIDA E QUEIROZ, Glória Regina Pessoa Campello. **A prática docente e o dialogismo bakhtiniano: o ensino como um ato responsável.** *Ciência & Educação (Bauru)* [online]. 2015, v. 21, n. 4 [Acessado 11 agosto 2021], pp. 835-849. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1516-731320150040004>>. ISSN 1980-850X. <https://doi.org/10.1590/1516-731320150040004>.

COSTA, Bruno Botelho **Paulo Freire: educador-pensador da libertação** 1 1 Apoio: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (2012/17527-9). *Proposições* [online]. 2016, v. 27, n. 1 [Acessado 13 maio 2022], pp. 93-110. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-7307201607906>>. ISSN 1980-6248. <https://doi.org/10.1590/0103-7307201607906>.

COSTA; Bárbara Silveira, CIRÍACO; Naiara Meireles, SANTOS; Wagner Luiz Moreira dos. ORNELLAS; Cléia Batista Dias, SANTOS; Thiago Moreira dos. **História e evolução da inspeção industrial e sanitária de produtos de**

origem animal no Brasil- Cadernos Técnicos de Veterinária e Zootecnia, nº 77 - setembro de 2015-FPEMZ editora e CRMV-MG, ISSN 1676-6024

CRMV-ES (2022) - Conselho Regional de Medicina Veterinária do Espírito Santo. **-Curso de RT em produtos de origem Animal**- Disponível em : <https://www.crmves.org.br/inscricoes-abertas-para-o-curso-on-line-de-rt-em-produtos-de-origem-animal-do-crmv-pa/>. Acesso em 04 de maio de 2022.

CRMV-MT (2022)- Conselho Regional de Medicina Veterinária do Mato Grosso **Curso de Responsabilidade Técnica : Módulo Básico**- Disponível em : <https://crmvm-t.org.br/novo/seminario-de-responsabilidade-tecnica-medicina-veterinaria-modulo-basico/> .Acesso em 03 de maio de 2022.

CRMV-SP(2022) – Conselho Regional de Medicina Veterinária de São Paulo **Ciclo de Palestras em Responsabilidade Técnica**- Disponível em: <https://crmvsp.gov.br/crmv-sp-promove-ciclo-de-palestras-sobre-a-importancia-da-responsabilidade-tecnica> Acesso em 03 de maio de 2022.

CRUZ, Antônio Carlos dos Santos. **EJA: A Formação Docente e seus Desafios na Preparação do Aluno para o Mundo Moderno**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 03, Ed. 03, Vol. 01, pp 5-17, março 2018. ISSN: 2448-0959. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/eja-a-formacao-docente> , acessado em 03/08/2021.

DIAS, Aline Alves da Silva; SABIÃO, Roseline Martins. **Educação de Jovens e Adultos: Um Caminho na Busca para o Desenvolvimento Social no Brasil**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 03, Ed. 07, Vol. 02, pp. 66-83, julho de 2018. ISSN:2448-0959

ECCO, Idanir e NOGARO, Arnaldo - **A educação em Paulo freire como processo de humanização**-Educere. PUC-PR-Erechim/RS- 2014. Disponível em: https://www.uricer.edu.br/cursos/arq_trabalhos_usuario/2625.pdf Acesso em 10 de maio de 2022

FÁVERO, Osmar- **Paulo Freire: importância e atualidade de sua obra**. Revista e-curriculum, São Paulo, v.7 n.3 dezembro 2011 edição especial de aniversário de Paulo freire **Disponível** em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum-> Acesso em 15 ma.2022

FERNANDES, A. B., Freitas, M. C. C., & CARNEIRO, S. N. V. (2019). **Didática no ensino superior: possibilidades e práticas. Momento - Diálogos Em Educação**, 28(1), 262–277. <https://doi.org/10.14295/momento.v28i1.7308>

FERNANDES, Domingos. **Para uma teoria da avaliação formativa**. Rev. Port. de Educação, Braga, v. 19, n. 2, p. 21-50, 2006. Disponível em http://scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0871-91872006000200003&lng=es&nrm=iso acesso em 10 maio 2022.

FERNANDES, Rosangela Maria; GOMES, Vilisa Rudenco. **Formação dos professores da EJA: desafios e possibilidades**. 2015. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:kBziisALsJ:https://repositorio.ifsc.edu.br/bitstream/handle/123456789/461/FORMA%25C3%2587%25C3%2583O%2520DOS%2520PROFESSORES%2520DA%2520EJA.pdf%3Fsequence%3D1%26isAllowed%3Dy+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em 15 de maio de 2022.

FERREIRA JUNIOR, M. B.; CASTRO, V. A. de; SILVA, M. D. de G. **A demonstração experimental investigativa na EJA: pequenas mudanças grandes diferenças**. *Ressarce, Society and. and., [S. l.]*, v. 9, n. 8, p. e970986707, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i8.6707. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/6707>. Acesso em: 27 abr. 2021.

FERREIRA, Daisy de Carvalho. **A importância da formação continuada de professores de educação de jovens e adultos**. p. 1-23. 2009. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1711-8.pdf>. Acesso em: 09 de maio de 2021.

FERREIRA, Nubia Nafaeite Ferraz; O PERFIL DOS ALUNOS E ALUNAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: alfabetização e diversidade, p1-24-artigo científico. IESF – Instituto de Ensino São Francisco. 2018. Disponível em : <https://iesfma.com.br/base-de-dados/2/>

FONSECA, Sandra; NETO, A Mattar, Joao 2017 **Metodologias ativas aplicas à educação a distância: revisão da literatura** VL - 17DO - 10.29276/redapeci.2017.17.26509.185-197 Revista EDaPECI,

FREITAS, Daniel Antunes et al. **Saberes docentes sobre processo ensino-aprendizagem e sua importância para a formação profissional em saúde**. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação [online]*. 2016, v. 20, n. 57 [Acessado 18 maio 2022], pp. 437-448. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1807-57622014.1177>>. Pub. 22 Jan 2016. ISSN 1807-5762. <https://doi.org/10.1590/1807-57622014.1177>.card

GIOLO, Jaime. **A educação a distância e a formação de professores**. *Educação & Sociedade [online]*. 2008, v. 29, n. 105 [Acessado 17 abril 2022], pp. 1211-1234. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-73302008000400013>>. Epub 10 fev. 2009. ISSN 1678-4626. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302008000400013>.

GOMES, Luiz Fernando **EAD no Brasil: perspectivas e desafios**. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas) [online]*. 2013, v. 18, n. 1 [Acessado 16 abril 2022], pp. 13-22. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-40772013000100002>>. Pub. 12 Mar 2013. ISSN 1982-5765. <https://doi.org/10.1590/S1414-40772013000100002>.

GOMES; José Anderson Costa e PONTES, Verônica Maria de Araújo [Orgs] **As TDIC e o/no ensino presencial**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. 240p. ISBN 978-65-5869-050-4

DUARTE; Aldimar Jacinto, ÁVILA; Eloisa Aparecida da Silva, MENDES FRANÇA, Nêuda Batista [Organizadores] **Fundamentos da educação: desafios contemporâneos**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. 262p. ISBN 978-65-5869-060-3 [Impresso] 978-65-5869-061-0 [Digital]

GOUVEIA, Daniele da Silva Maia e Silva, ALCINA Maria Testa Braz da **A formação educacional na eja: dilemas e representações sociais. Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências (Belo Horizonte) [online]**. 2015, v. 17, n. 3 [Acessado 22 maio 2022], pp. 749-767. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1983-21172015170310>>. Epub Sep-Dec 2015. ISSN 1983-2117. <https://doi.org/10.1590/1983-21172015170310>.

IVENICKI, Ana **A educação permanente e a formação continuada docente: questões urgentes para um mundo pós-pandêmico. ensaio: avaliação e políticas públicas em educação [online]**. 2021, v. 29, n. 113 [acessado 17 junho 2022], pp. 849-856. disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s0104-40362021002901130001>>. epub 22 out 2021. issn 1809-4465. <https://doi.org/10.1590/s0104-40362021002901130001>.

JABOINSKI, Lilian & DANILEVICZ, Angela. (2016). **Avaliação de métodos de capacitação ead: seleção de alternativa aplicada à gestão da inovação no setor de eletricidade**. Disponível em : https://www.researchgate.net/publication/309388595_Avaliacao_de_metodos_d_e_capacitacao_EAD_selecao_de_alternativa_aplicada_a_gestao_da_inovacao_no_setor_de_eletricidade Acessado em 25 de junho de 2022.

JUNIOR, A. & PALOMINO, P. & ISOTANI, S. (2020). **O uso de metodologias ativas no ensino a distância e os ambientes virtuais de aprendizagem – um estudo de caso**. Anais dos Trabalhos de Conclusão de Curso. Pós-Graduação em Computação Aplicada à Educação Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação. Universidade de São Paulo

JUNIOR, Eduardo Brandão de Lima ,OLIVEIRA, Guilherme Saramago de, SANTOS, Adriana Cristina Omena dos, SCHNEKENBERG, Guilherme Fernando - **Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa** v. 20 n. 44 (2021): Cadernos da Fucamp- Disponível em : <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2356>. Acesso em: 15 de ma.2022

LIMA, Benedito Gonçalves- **Fatores Motivacionais para o Trabalho dos Egressos do Curso de Medicina Veterinária da Universidade Estadual do Maranhão** – UEMA- Dissertação de Mestrado- Florianópolis, 2001. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/81921>. Acesso em 15 de abril de 2022

MACHADO, Maria Margarida. **Formação de professores para eja: uma perspectiva de mudança**- Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 2, n. 2-3, p. 161-174, jan./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>, acessado em 03/08/2021.

MACHADO, Roberto Luiz Pires. **Boas práticas de fabricação (BPF)** / Roberto Luiz Pires Machado, André de Souza Dutra, Mauro Sergio Vianello Pinto. - Rio de Janeiro: Embrapa Agroindústria de Alimentos, 2015. 20 p.; 21 cm. – (Documentos / Embrapa Agroindústria de Alimentos, ISSN 1516-8247; 120).

MAHONEY, Abigail Alvarenga; ALMEIDA, Laurinda Ramalho de. Afetividade e processo ensino-aprendizagem: contribuições de Henri Wallon. **Psicologia da educação**, São Paulo, n. 20, p. 11-30, jun. 2005. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141469752005000100002&lng=pt&nrm=iso . acessos em 21 abr. 2019.

Manual de Responsabilidade Técnica CRMV-SP, edição 2019, disponível em https://www.crmvsp.gov.br/arquivo_responsabilidade_tecnica/MANUAL_RT_CRMV-SP.pdf, acessado em 09/04/2019

MARCELINO, Maria Quitéria dos Santos. **Elaboração de capacitações: um guia para o facilitador** / Maria Quitéria dos Santos Marcelino. — Brasília, DF: Embrapa, 2015. 55 p.; 15 cm x 21 cm. (Documentos / Embrapa, ISSN 2447-0589; 01).

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua , MIRANDA, Pauline Vielmo - **O ensino de legislação em cursos de medicina veterinária: análises curriculares de universidades federais brasileiras**- Revista e-Curriculum, São Paulo, v.18, n.4, p. 2008-2028 out./dez. 2020 e-ISSN: 1809-3876 Programa de Pós-graduação em Educação: Currículo – PUC/SP <http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum> Disponível em : DOI <http://dx.doi.org/10.23925/1809-3876.2020v18i4p2008-2028> Acesso em 25 de abril de 2022.

MEDEIROS, Rodolfo de Oliveira et al. **Metodologias Ativas no Ensino Superior: Percepção Docente sobre a Importância da Continuidade do Processo de Aprendizagem. NTQR**, Oliveira de Azeméis, v. 7, p. 51-59, jun. 2021. Disponível em <http://scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2184-77702021000200051&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 21 maio 2022. Pub. 11-Nov-2021. <https://doi.org/10.36367/ntqr.7.2021.51-59>.

MELLO, Diene Eire de (org.). **Reflexões e experiências didáticas com tecnologias digitais** / Organizadora: Diene Eire de Mello. – 1. ed.-- Londrina, PR: Editora Madrepérola, 2020. 448 p.; gráf.; tabs.; fotografias; 14x21 cm. ISBN 978-65-87269-25-2

MORAES, S. B. A. (2014). **Notas sobre a avaliação da aprendizagem em educação a distância**. Revista EaD *Em Foco*, 4(2). <https://doi.org/10.18264/eadf.v4i2.229> Acesso em: 05 de maio de 2022

MOREIRA, J. A.; HORTA, M. J. **Educação e ambientes híbridos de aprendizagem. Um processo de inovação sustentada.** Revista UFG, Goiânia, v. 20, n. 26, 2020. DOI: 10.5216/revufg.v20.66027. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/66027>. Acesso em: 17 abr. 2022.

MOREIRA, J. António; et al. - **Educação digital em rede: princípios para o design pedagógico em tempos de pandemia** [Em linha]. Lisboa: Universidade Aberta, 2020. 49 p. (ela. Educação a Distância e Clearing; 10). ISBN 978-972-674-881-6

NASCIMENTO, Júlio Mateus de Melo, COSTA, Roberta Dall Agneses da, ALMEIDA Caroline Medeiros Martins de - **Inclusão digital e a educação de jovens e adultos (eja): uma breve revisão bibliográfica**- Educere- PUC-PR. Disponível em : https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/21130_10464.pdf Acesso em : 20 de abril de 2022.

NETO CORREIA, Jorge da Silva & VALADÃO, José de Arimatéia Dias- **Evolução da educação superior a distância no brasil: uma análise a partir de processos de institucionalização**- Revista GUAL, Florianópolis, v. 10, n. 3, p. 97-120, setembro 2017-DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/1983-4535.2017v10n3p97>, disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2017v10n3p97> acessado em 09/04/2022

NOBRE, A.; MOURAZ, A.; GOULÃO, M. de F.; HENRIQUES, S.; BARROS, D.; MOREIRA, J. A. **Processos de comunicação digital no sistema educativo português em tempos de pandemia.** Práxis Educacional, [S. l.], v. 17, n. 45, p. 81-99, 2021. DOI: 10.22481/praxisedu.v17i45.8331. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/8331>. Acesso em: 18 maio. 2022.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de **Da universalização do ensino fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica.** Educação & Sociedade [online]. 2007, v. 28, n. 100 [Acessado 9 maio 2022], pp. 661-690. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000300003>>. Epub 29 Out 2007. ISSN 1678-4626. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000300003>.

OURIQUE DO NASCIMENTO, C.; LEMOS SAINZ, R. **Aprendizagem em Ambientes Virtuais: tecendo reflexões.** Revista Thema, [S. l.], v. 14, n. 4, p. 149–158, 2017. DOI: 10.15536/thema.14.2017.149-158.562. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/562>. Acesso em: 3 jul. 2022.

PASSOS, Carmensita Braga, 2008- **O trabalho docente: características e especificidades.** Disponível em : https://ledum.ufc.br/arquivos/didatica/1/Trabalho_Docente_Caracteristicas_Especificidades.pdf Acesso em : 15 de abril de 2022.

PASSOS, Carmensita Braga, 2015- **o trabalho docente: características e especificidades**. Disponível em: <https://docplayer.com.br/10416262-Trabalho-docente-caracteristicas-e-especificidades-carmensita-matos-braga-passos-1.html> Acesso em 13 de maio de 2022

PENTEADO, regina ZANELLA e COSTA, BELARMINO Cesar guimarães da **Trabalho docente com videoaulas em ead: dificuldades de professores e desafios para a formação e a profissão docente**. Educação em Revista [online]. 2021, v. 37 [Acessado 19 junho 2022], e236284. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-4698236284>>. Epub 30 abr. 2021. ISSN 1982-6621. <https://doi.org/10.1590/0102-4698236284>.

PRADO NETTO, Arthur; COSTA, Orlando Santana. **A importância da psicologia da aprendizagem e suas teorias para o campo do ensino-aprendizagem**. Revista Fragmentos de Cultura - Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas, Goiânia, v. 27, n. 2, p. 216-224, ago. 2017. ISSN 1983-7828. Disponível em: <<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/4495>>. Acesso em: 17 jun. 2022. doi:<http://dx.doi.org/10.18224/frag.v27i2.4495>.

QUALITTAS (2022)- Faculdade Qualittas- **Noções Básicas de RT para veterinários e zootecnistas**- Disponível em : <https://www.qualittas.com.br/curso/especializacao-para-responsavel-tecnico-medico-veterinario-e-zootecnista/#item5>. Acesso em 05 de maio de 2022.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional [recurso eletrônico] / Marise Nogueira Ramos. – Dados eletrônicos** (1 arquivo: 585 kilobytes). – Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. - (Coleção formação pedagógica; v. 5). ISBN 978-85-8299-031-5

REPORTER BRASIL (2013)- **Caderno temático : Moendo Gente- a Situação de trabalho nos frigoríficos.(publicação do programa : Escravo nem pensar!)-Disponível em https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2015/02/16.-moendo_gente_final.pdf**

ROCHA, Augusto Romeu Costa da; MENDES FILHO, Luiz; SILVA, Danilo Serafim da; CHAGAS, Márcio Marreiro Das. **Redes sociais como ferramenta de divulgação de trabalhos científicos apresentados no Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Turismo (ANPTUR)**. Marketing & Tourism Review, v. 01, p. 01-20, 2016.

SANTANA, L. M. de.; LUCINI, M.; ALMEIDA, L. J. M. de. **Paulo Freire and the daily concrete of Popular Education in Brazil's Northeast. Research, Society and Development, [S. l.], v. 9, n. 10, p. e7349109106, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i10.9106. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/9106>. Acesso em: 23 may. 2021**

SANTOS Silva, G., & NUNEZ Pumariega, Y. (2022). **A importância da psicologia da aprendizagem para o processo de ensino-aprendizagem**. Revista Científica Da Faculdade De Educação E Meio

Ambiente, 13(Y.). Recuperado de <https://revista.faema.edu.br/index.php/Revista-FAEMA/article/view/1026>

SANTOS, João Vitor. **Os frigoríficos e os trabalhadores. Covid-19 manifesta lógicas coloniais e paternalistas na atualidade. Entrevista especial com Leandro Inácio Walter- 03Junho 2020. – Instituto Humanitas -Unisinos-** Disponível em : <https://www.ihu.unisinos.br/599591-os-frigorificos-e-os-trabalhadores-covid-19-manifesta-logicas-coloniais-e-paternalistas-na-atualidade-entrevista-especial-com-leandro-inacio-walter>

SARDINHA, Luiz Sergio, CARDOSO, Kelly Aparecida de Lima- **A educação em vygostsky e sua teoria : o processo de mediação-** VII Congresso de Iniciação Científica da FEPI- Itajubá-MG, ano de 2016., disponível em <http://www.fepi.br/revista/index.php/revista/article/viewFile/393/264>

SÁ-SILVA, Jackson Ronie, ALMEIDA, Cristóvão Domingos de GUINDANI. Joel Felipe "**Pesquisa Documental: Pistas Teóricas E Metodológicas.**" *Revista Brasileira De História & Ciências Sociais* v1.n1 (2009).Disponível em : https://redib.org/Record/oai_articulo3669293-pesquisa-documental-pistas-te%C3%B3ricas-e-metodol%C3%B3gicas/Citing#tabnav Acesso em 15 maio de 2022.

SEVERO, Eliana Andréa; GUIMARAES, Júlio Cesar Ferro de; SERAFIN, Vanessa Faedo. **Formação docente: metodologias ativas de aprendizagem para ensino superior. Educ. Teoria Prática**, Rio Claro, v. 30, n. 63, e27, 2020. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81062020000100099&lng=es&nrm=iso . Acessado em 22 jun. 2022. <https://doi.org/10.18675/1981-8106.v30.n.63.s13304>.

SILVA ,Valdirene Rover de Jesus **Educação de jovens e adultos – paulo freire: implicações pedagógicas education of youth and adults - paulo freire: pedagógica implications**, *Revista Claraboia*, v.8 ,2017 .Disponível em : <http://seer.uenp.edu.br/index.php/claraboia/article/view/1021> Acesso em 15 de maio de 2022

SILVA, Mariana Paiva Damasceno, MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes e MUYLDER, Cristiana Fernandes de **Educação a distância em foco: um estudo sobre a produção científica brasileira.** *RAM. Revista de Administração Mackenzie* [online]. 2015, v. 16, n. 4 [Acessado 31 maio 2022], pp. 202-230. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1678-69712015/administracao.v16n4p202-230>>. ISSN 1678-6971. <https://doi.org/10.1590/1678-69712015/administracao.v16n4p202-230>.

SILVA, Vagner Santos Da et al. **Os desafios da avaliação na ead no brasil.** *Anais VII CONEDU - Edição Online...* Campina Grande: Realize Editora, 2020. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/69211>. Acesso em: 29/06/2022

SILVEIRA, Jader Luís -. **As Teorias De Aprendizagem Aplicadas Na Prática No Âmbito Da Sala De Aula**, Disponível em:

<https://www.partes.com.br/2020/06/06/as-teorias-de-aprendizagem-aplicadas-na-pratica-no-ambito-da-sala-de-aula/> Acesso em 12 de maio de 2022

SOARES, Leôncio José Gomes e PEDROSO, Ana Paula Ferreira **Formação de educadores na educação de jovens e adultos (eja): alinhando contextos e tecendo possibilidades**. Educação em Revista [online]. 2016, v. 32, n. 4 [Acessado 10 agosto 2021], pp. 251-268. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-4698161277>>. ISSN 1982-6621. <https://doi.org/10.1590/0102-4698161277>.

SOARES, Leôncio **O educador de jovens e adultos e sua formação**. Educação em Revista [online]. 2008, n. 47 [Acessado 22 maio 2022], pp. 83-100. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-46982008000100005>>. Epub 30 jun. 2008. ISSN 1982-6621. <https://doi.org/10.1590/S0102-46982008000100005>. Acesso em 15/05/2021

SOUSA, Inaldo Moreno De. **Educação de jovens e adultos: “um olhar sobre a metodologia de ensino”**. Anais V CONEDU... Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/47069>. Acesso em: 04/05/2022

SOUZA Everton de; BENITES; Larissa cerignoni **Educação profissional e tecnológica no Brasil: uma história de avanços e retrocessos**. Revista Cocar V.15 n.32. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/4135> Acessado em 13/05/2022

SOUZA Santos Souza, T. E., & NOVAES Menezes, A. H. (2014). **Avaliação em educação a distância: concepções e possibilidades**. revista de educação da universidade federal do vale do são Francisco, 4(6). recuperado de <https://www.periodicos.univasf.edu.br/index.php/revasf/article/view/275> Petrolina, PE vol. 4, n. 6, p. 158-170, dez. 2014

TACCA, Maria Carmen Villela Rosa e BRANCO, Angela Uchoa **Processos de significação na relação professor-alunos: uma perspectiva sociocultural construtivista**. Estudos de Psicologia (Natal) [online]. 2008, v. 13, n. 1 [Acessado 9 julho 2022], pp. 39-48. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-294X2008000100005>>. Epub 15 ago. 2008. ISSN 1678-4669. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X200800010000>

TARDIFF, Maurice, LESSARD, Claude- **O trabalho Docente: elementos para uma teoria de docência como profissão de interações humanas**- Tradução de: João Batista Kreuch- 5. Ed. Petrópolis-RJ, Vozes,2009. ISBN 978-85-326-3165-7. Título original: Le travail des eseingnaints aujourd’hui.

TAVOLARO, P.; SILVA, S.A.I.; FERRARI E.; OLIVEIRA, C.A.F. **Discussão e algumas propostas para a educação em valores no ensino de medicina veterinária**. Revista de Educação Continuada de Medicina Veterinária e Zootecnia- CRMV-SP. São Paulo. Conselho Regional de Medicina Veterinária v. 9 n.1 (2011) p.6-11. 2011.Disponível em: <https://www.revistamvez->

crmvsp.com.br/index.php/recmvz/article/view/377 Acesso em: 15 de abril de 2014.

TUNES, Elizabeth, TACCA, Maria Carmen V. R. e BARTHOLO JÚNIOR, Roberto dos Santos **Professor e o ato de ensinar**. Cadernos de Pesquisa [online]. 2005, v. 35, n. 126 [Acessado 13 junho 2022], pp. 689-698. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742005000300008> . Epub 13 Mar 2006. ISSN 1980-5314. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742005000300008>.

VIEIRA, Marcos José. **Manual prático: organização e execução de eventos de capacitação com produtores rurais**. Curitiba: CREA-PR, 2017 Disponível em : <https://docplayer.com.br/139609524-Vieira-marcos-jose-manual-pratico-organizacao-e-execucao-de-eventos-de-capacitacao-com-produtores-rurais-curitiba-crea-pr-2017.html> Acesso em 30 de maio de 2022.

ZUCHINI, Ana Tereza Felix da Silva, AIMI, Deusodete Rita da, SANTOS, Silva Everton Neves dos - **A tessitura entre o trabalho docente e os saberes docentes: uma tentativa de compreender a complexidade do fazer docente**- EDUCERE- XV Congresso Nacional de Educação- PUC-PR- 2015. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17792_11239.pdf Acesso em 15 jun.2022